

T630.2098151 /

AMD

fat

MARCIA PEREIRA DE ANDRADE

**FATORES FAVORÁVEIS E LIMITANTES AO DESENVOLVIMENTO
DA AGROPECUÁRIA DO SUL DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE
INTERPRETATIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Prof. Dr. Edgard Alencar

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2001

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Andrade, Marcia Pereira de

Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais: uma análise interpretativa / Marcia Pereira de Andrade. -- Lavras : UFLA, 2001.

98 p. : il.

Orientador: Edgard Alencar.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Produtor rural. 2. Agropecuária. 3. Desenvolvimento. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-338.1

-630.2098151

MARCIA PEREIRA DE ANDRADE

**FATORES FAVORÁVEIS E LIMITANTES AO DESENVOLVIMENTO
DA AGROPECUÁRIA DO SUL DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE
INTERPRETATIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 22 de Novembro de 2001

Prof. Dr. José Roberto Pereira

UFV

Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli

UFLA

Prof. Dr. Mozar José de Brito

UFLA



Prof. Dr. Edgard Alencar
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

Uma canção para Aline

“Sou eu quem vou seguir você do seu primeiro rabisco até o beabá
E em todos os desenhos coloridos vou estar
A casa, a montanha, duas nuvens no céu e o sol a sorrir no papel
Sou eu quem vou ser seu colega seus problemas ajudar a resolver
Sofrer também nas provas bimestrais junto a você
Serei sempre seu confidente fiel se seu pranto molhar meu papel
Sou eu quem vou ser seu amigo, vou lhe dar abrigo se você quiser
Quando surgirem seus primeiros raios de mulher
A vida se abrirá num feroz carrossel, e você vai rasgar meu papel
O que está escrito em mim comigo ficará guardado, se te dá prazer
A vida segue sempre em frente o que se há de fazer
Só peço a você um favor se puder
Não me esqueça num canto canto qualquer ...”

(Toquinho/Mutinho)

À minha família

*minha filha, minha Flor Aline,
meu pai, Paulo Farias de Andrade,
minha mãe, Geraldina Pereira de Andrade,
e meus irmãos: Spínola, Dênis, Nívea e Marcilene*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade

Ao CNPq e a CAPES, pelo apoio financeiro.

À Universidade Federal de Lavras, professores e funcionários, às pessoas que fazem desta instituição um motivo de satisfação e de orgulho muito grande para aqueles que são parte de você.

Aos entrevistados que possibilitaram a realização deste trabalho.

Ao professor orientador e amigo, Edgard Alencar pelo apoio, estímulo, compreensão, orientação e por essa importante conquista.

Aos professores. Jovino A. Moura Filho, Juvêncio Braga de Lima, Renato Paiva e Vânea Déia.

A meus pais, Paulo e Geraldina, pela vida, pelo amor, pela família, por meus irmãos, pelos ensinamentos e exemplo de luta, trabalho e perseverança, pela segurança, apoio e pela presença constante em meu coração.

A meus irmãos, Spínola, Dênis, Nívea e Marcilene, pela confiança, apoio e amor.

À cidade de Lavras, por tudo que me proporcionou. Saio daqui maior e melhor do que cheguei porque levo de você oito anos de convivência. Não posso te chamar de mãe porque não me poupou em nada. Tive minhas maiores e também as mais difíceis conquistas, mas isso é vida plena, e assim, só posso agradecer-lhe e dizer que você se tornou parte imensa da minha vida, que levo você comigo. Sim, eu me abri inteira para você nessa nossa convivência e não me arrependo, sei que você retornou e ampliou cada parte de mim. Por tudo isso, obrigada Lavras!

Aos amigos de turma e de coração, Luciana SP, Andréa, Mário, Antônio, Ivanir, Elizete, Daniel R, Máxon, Guadalupe, Mágda L, Rose e especialmente à Glória, Delizete, Suzana, Lú, Odete, Peter, Thaís, Rosana, Adalta e Érica. Ainda em especial à Dilma e Edmundo, Sr. Luís (RU), Lete, Lita, Loura, Sávio, Neuza, Sandrinha, Arlete, Dhiô, Sandra L, Inês, Lídia e Flávia.

A todos que estão guardados em mim, que são parte do meu carinho, da minha alegria, do que vivi e do que carrego comigo. “Àqueles que não esqueço, que não me esquecem e que por isso estão em cada página deste trabalho”

SUMÁRIO

Página

LISTA DE ABREVIATURAS	i
LISTA DE ANEXOS	ii
LISTAS DE QUADROS	iii
LISTA DE FIGURAS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
1 INTRODUÇÃO	01
1.1 Integração rural-urbana, atores sociais e complexos agroindustriais	03
1.2 Área de estudo	16
1.3 Objetivos	21
1.3.1 Objetivo geral	21
1.3.2 Objetivos específicos	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	22
2.1 Referencial teórico	22
2.2 Metodologia	28
2.2.1 Método de coleta de informações	29
2.2.2 Seleção dos entrevistados	31
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
3.1 Objetos situacionais identificados como fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas	35
3.2 Fatores favoráveis	39
3.2.1 Localização e infra-estrutura	39
3.2.2 Culturais	45
3.2.3 Sociais	46
3.2.4 Edafoclimáticos	48
3.2.5 Considerações gerais sobre os fatores favoráveis	49
3.3 Fatores limitantes	53
3.3.1 Fatores limitantes localizados fora da região	54
3.3.2 Fatores limitantes localizados na região	57
3.3.3 Fatores limitantes localizados no nível do produtor	59
3.3.4 Considerações gerais sobre os fatores limitantes	63
3.4 Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da agroindustrialização	67
3.5 Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da globalização...	70

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

LISTA DE ABREVIATURAS

CAI	Complexo Agroindustrial
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
COCCAMIG	Cooperativa Central dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAEMG	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LPR	Lideranças de Produtores Rurais
OCB	Organizações das Cooperativas do Brasil
PCA	Profissionais de Ciências Agrárias
RSMG	Região Sul de Minas Gerais
SEBRAE-MG	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UP	Unidade de Produção

LISTA DE ANEXOS

QUADRO 1A	Tecnologias agronômicas empregadas por estabelecimentos, segundo mesorregiões de Minas Gerais 1995	94
QUADRO 2A	Maquinaria e veículos existentes e área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995	95
QUADRO 3A	Relação entre área total e maquinaria e veículos existentes, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995	95
QUADRO 4A	Relação entre investimento e área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995.....	96
QUADRO 5A	Relação entre valor da produção agropecuária e área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995	96
QUADRO 6A	Estabelecimentos por grupo de área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995	97
QUADRO 7A	Efetivos de bovinos, suínos, aves em 31/07/1996 e produção de leite de vaca e ovos no período de 01/08/1995 a 31/07/1996, segundo mesorregiões de Minas Gerais	98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria	33
QUADRO 2	Fatores favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	36
QUADRO 3	Fatores limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	38
QUADRO 4	Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da implantação de mais agroindústrias no Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	68
QUADRO 5	Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da globalização para agropecuária do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	71

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Relações entre atores que integram uma cadeia agroindustrial	4
FIGURA 2	Mesorregiões de Minas Gerais	17
FIGURA 3	Elementos articulados ao conceito de significado	23
FIGURA 4	Esquema dos componentes da ação	24
FIGURA 5	Esquema geral de interpretação empregado no estudo	26
FIGURA 6	Fatores edafoclimáticos favoráveis, potencial de desenvolvimento e deficiência no aproveitamento, segundo avaliação dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	50
FIGURA 7	Fatores culturais e sociais favoráveis, potencial de desenvolvimento e deficiência no aproveitamento, segundo avaliação dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	51
FIGURA 8	Fatores infra-estruturais e de localização favoráveis, potencial de desenvolvimento e deficiência no aproveitamento, segundo avaliação dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	52
FIGURA 9	Fatores limitantes localizados fora da região e potencial restritivo Segundo os atores entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	64
FIGURA 10	Fatores limitantes localizados na região e potencial restritivo, segundo os atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	65
FIGURA 11	Fatores limitantes localizados no nível do produtor e potencial restritivo, segundo os atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998	66

RESUMO

ANDRADE, Márcia Pereira de. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas Gerais: uma análise interpretativa.** 2001. 98p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural).* Universidade Federal de Lavras, Lavras.

O objetivo central dessa pesquisa foi identificar e descrever como lideranças de produtores rurais (LPR) e profissionais de ciências agrárias (PCA) interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agropecuária na região sul do estado de Minas Gerais (RSMG). O método de coleta de dados empregado foi a *focused-interview* e foram entrevistados dez LPR e onze PCA escolhidos pela técnica de amostragem por julgamento. Os fatores identificados como favoráveis foram classificados como culturais, sociais, edafoclimáticos (solo, clima e potencial hídrico), infra-estruturais (rede de cooperativas, instituições de ensino pesquisa e extensão, estrutura viária e sistema de comunicação) e de localização (proximidade das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). Os fatores infra-estruturais, de localização e edafoclimáticos constituíram na visão dos entrevistados o grande diferencial da RSMG em comparação com outras regiões mineiras e brasileiras. Contudo, o potencial de desenvolvimento desses fatores era restringido pelo desconhecimento de suas potencialidades, gestão ineficiente das cooperativas, integração deficiente entre extensão, pesquisa, universidade e produtores. Os fatores limitantes foram agrupados em categorias que retratavam o nível em que se encontravam, se no nível do produtor, se na região ou fora da região. Os fatores localizados fora da região foram citados com mais frequência e se referiam a objetos de orientação de natureza macroeconômica, tais como pequeno volume de recursos destinados ao crédito rural, elevadas taxas de juros, importação de leite e derivados e relação desfavorável entre preços pagos e recebidos. O potencial restritivo desses fatores foi associado à insegurança para planejar, descapitalização das atividades agropecuárias, baixo nível tecnológico e desestímulo para a diversificação da produção e aproveitamento dos fatores favoráveis de natureza edafoclimáticas, infra-estruturais e de localização.

* Orientador: Prof. Edgard Alencar – UFLA

ABSTRACT

ANDRADE, Márcia Pereira de. **Favorable and limiting factors to the agricultural development of the southern region of Minas Gerais State: an interpretative analysis.** 2001. 98p. Dissertation (Master in Rural Management). * Universidade Federal de Lavras, Lavras.

The major objective of this research was to identify and describe the way by which farmers' leaderships (FL) and professionals of agrarian sciences (PAC) interpreted the environment where they act, identifying favorable or limiting factors to the agricultural development of the southern region of Minas Gerais (SRMG). It was used the focused-interview method to collect data. The judgement sampling technique was employed to chose interviewees; ten FL and eleven PAC were interviewed. The favorable factors identified were classified as cultural, social, natural resources (soil, climate and water), infra-structural (network of co-operatives, institutions of education, research and extension, road network and communication system) and location (proximity of the metropolitan areas of São Paulo, Rio de Janeiro and Belo Horizonte). Infra-structure, location and natural resources were factors which constituted in the interviewees' vision the major differential of SRMG in comparison with other regions of Minas Gerais and Brazil. However, development potential of those factors was restricted by the ignorance of such potentialities, inefficient cooperatives management, and deficient integration among research, university, extension service and farmers. The limiting factors were classified into categories that portrayed the level in which they were located, if in the level of farmers, if in the region or out of the region. The factors located out of the region were mentioned with more frequency and they referred to orientation objects of macroeconomic nature, such as small amount of resources for rural credit, high interest rates, import of milk, import of dairy products, and unfavorable relationship among prices paid and received by farmers. The restrictive potential of those factors was associated to the insecurity for planning, discapitalization of agricultural activities, low technological level and discouragement for the production diversification and use of the favorable factors related to natural resources, infra-structure and location.

* Adviser: Prof. Edgard Alencar - UFLA

1 INTRODUÇÃO¹

O final da década de 1960 é considerado como o marco da constituição do complexo agroindustrial brasileiro (CAI), embora suas bases tenham sido implantadas na década de 1950, com a expansão das indústrias de bens de produção. Todavia, foi no final dos anos 1960 que o Estado formulou políticas voltadas para a industrialização da agricultura, visando a atender à demanda interna e o crescimento das exportações². Paralelamente, com a urbanização, a ampliação das atividades industriais e de serviços, cresceu o mercado interno para produtos agropecuários industrializados, dando origem à formação dos complexos agroindustriais ou, como preferem alguns autores, dos sistemas agroindustriais.

A característica central da constituição dos complexos agroindustriais é a integração da agropecuária com outros ramos industriais, transformando-a em um elo de uma cadeia onde se encontram, de um lado, as indústrias que fornecem à agricultura insumos, máquinas e equipamentos (setor a montante) e, do outro, as indústrias de classificação, beneficiamento e/ou industrialização da matéria-prima agrícola, bem como a sua distribuição (setor a jusante). Amplia-se

¹ Este trabalho foi conduzido com dados do projeto de pesquisa “Integração Rural-Urbana e Estratégia de Ação: um Estudo com Lideranças Rurais no Sul de Minas Gerais”, financiado pelo CNPq. Dados desse projeto foram também empregados na dissertação de mestrado de Espírito Santo (2000).

² Dentre essas políticas, destacam-se os investimentos públicos em infra-estrutura (estrada, comunicação, comercialização, etc.), estabelecimentos de projetos especiais e programas regionais (renovação da cafeicultura e cacauicultura, expansão da triticultura e da sojicultura, desenvolvimento do cerrado, aproveitamento de várzeas, entre outros), incentivos aos investimentos privados em reflorestamento e à abertura de grandes fazendas nas regiões centro-oeste e amazônica, desenvolvimento das indústrias de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, reestruturação da pesquisa agropecuária e da extensão rural, incremento do crédito rural, geralmente a taxas de juros negativas (isto é, inferiores a taxas de inflação) e subsídios para aquisição de insumos e máquinas (Alencar, 2000).

também a rede de serviços de apoio necessários ao funcionamento desse sistema, representado pela assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento, pelos serviços bancários, marketing, transporte, bolsas de mercadorias e outros.

Ao constituir-se em um elo de uma cadeia, para produzir, a agricultura passou a depender dos insumos que recebe das indústrias e não produz mais apenas bens de consumo final, mas, basicamente, bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias (Kageyama et al., 1990). Segundo Graziano da Silva (1996), o elo que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é o fato de que todas elas são atividades do capital com regulamentação macroeconômica. Este cenário impede que a agropecuária seja analisada como um setor isolado, sem a vinculação com os demais setores que com ela formam os complexos e suas conexões com o ambiente mais amplo, incluindo o Estado e a comunidade internacional. Representa, pois, uma nova e complexa realidade para os agricultores, envolvendo-os numa intrincada rede de relações de interesses em que, segundo Delgado (1985) e Lamounier (1994), sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios agricultores. Desse modo, os diferentes setores que formam os complexos agroindustriais, incluindo o Estado e suas agências, podem ser vistos como atores que possuem objetivos a serem atingidos e que dispõem, embora de forma diferenciada, de meios para obtê-los e se submetem a condições para a consecução dos seus objetivos.

É neste contexto que se insere a questão central desta pesquisa: identificar e descrever como lideranças de produtores rurais e profissionais de ciências agrárias interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agropecuária no sul do estado de Minas Gerais. Para melhor delimitar esta questão, este capítulo foi dividido em três seções: na primeira, é caracterizado o processo de integração rural-urbana intermediado pelos complexos agroindustriais, bem como os atores

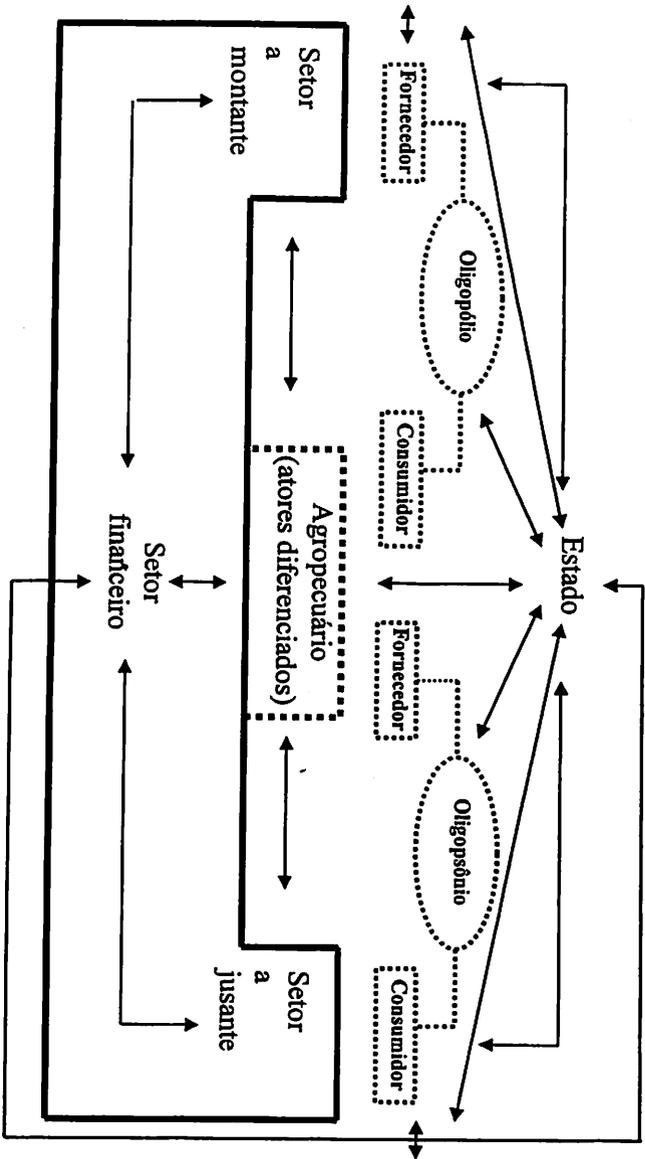
sociais envolvidos nesta integração; na segunda, são apresentadas as principais características sociais e econômicas da região estudada e, na terceira seção, são estabelecidos os objetivos desta pesquisa. O plano geral deste relatório apresenta a seguinte estrutura: os fundamentos teóricos e metodológicos do estudo são discutidos no segundo capítulo, os resultados obtidos constituem o conteúdo do terceiro capítulo e as conclusões são apresentadas no quarto capítulo.

1.1 Integração rural-urbana, atores sociais e complexos agroindustriais

A Figura 1 coloca em relevo relações que podem se estabelecer entre os atores sociais que integram um dado complexo e fornece os elementos gerais para a discussão dessas relações no interior e fora de uma cadeia. Esta Figura resume o que foi tema de vários trabalhos publicados nas últimas duas décadas ³.

A base da Figura 1 representa o esquema geral de uma cadeia agroindustrial, formada pelos setores a montante, agropecuário e a jusante. A linha que envolve estes setores representa a possibilidade de formação de conglomerados empresariais em que uma *holding* controla empresas situadas em diferentes setores, inclusive no agropecuário. Autores como Baggio et al. (1983), Delgado (1985) e Graziano da Silva (1996) consideram o processo de “integração de capitais”, entendido como centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., formando conglomerados empresariais por meio de fusões, organizações de *holdings*, como uma dimensão chave do novo padrão agrícola brasileiro. Este processo ganhou peso a partir de 1975, acelerou-se na

³ Baggio et al. (1983); Batalha (1997); Belato (1986); Belik (1997); Calegario (1996); Delgado (1985); Dias e Guimarães (1997); Fonseca (2000); Graziano da Silva (1996); Kageyama et al. (1990); Lamounier (1994); Lopes (1992); Machado Filho et al. (1996); Mezzomo (1997); Müller e Cotrijui (1981); Muller (1982); Ramos e Reydon (1995); Silva (2000); Sorj e Wilkinson (1983); Zylbersztajn e Neves (2000).



Fonte: Alencar (2000, p.79).

FIGURA 1 – Relações entre atores que integram uma cadeia agroindustrial

década de 1990 com a abertura econômica e a ampliação da participação do capital internacional no setor de processamento ⁴.

Os investimentos diretos na produção agropecuária não são grandes. Isto porque as agroindústrias que necessitam garantir o suprimento e a qualidade da matéria-prima que utilizam preferem assegurá-los por meio de contratos com os produtores, uma forma mais econômica do que o investimento direto na produção⁵. É por essa razão que, na Figura 1, a linha que caracteriza o conglomerado, aparece pontilhada ao circundar o setor agropecuário. A presença de conglomerados no interior de uma cadeia é um indicador da magnitude dos atores sociais com os quais os agricultores e suas organizações interagem. Além disso, os atores localizados a montante e a jusante podem ocupar posições na estrutura de mercado, as quais lhes permitam maior capacidade de negociação de preços do que os agricultores.

A análise fundamentada na noção de cadeia, ao descrever o fluxo da produção de um bem, revela a possibilidade de existirem situações de mercado típicas de concorrência imperfeita. Como mostra a Figura 1, podem-se identificar, no interior de uma cadeia, segmentos de mercado representando as relações comerciais que se estabelecem entre o setor a montante e agropecuário e entre este e o setor a jusante. As empresas que atuam nos setores a montante e a jusante são poucas, organizadas em associações de interesses e interagem com um grupo amplo, heterogêneo e disperso de produtores. Esta situação limita a capacidade de ações coletivas dos atores localizados no setor agropecuário. Este cenário favorece a possibilidade de que as relações entre os setores a montante e agropecuário assumam características de oligopólio e as relações entre a

⁴ Veja, por exemplo, Belik (1995), Delgado (1985) e Gonçalves (1999).

⁵ Veja Belato (1986), Kageyama et al. (1990), Lopes (1992), Lemos (1995), Sorj, Pompermayer e Coradini (1982).

agropecuária e o setor a jusante características de oligopsônio ⁶. Por conseguinte, pelo menos teoricamente, os produtores rurais são os atores que dispõem de menos recursos para negociar seus interesses no interior de uma cadeia, mesmo que essa negociação seja entendida como uma aliança estratégica. Como um sistema agroindustrial não interrompe no setor a jusante, seria interessante observar que as relações que são estabelecidas entre este setor e os consumidores podem assumir a configuração de um mercado com traços de oligopólio ⁷.

Além de ocuparem posições privilegiadas no mercado e da possibilidade de se constituírem conglomerados empresariais, os atores sociais localizados nos setores a montante e a jusante são amparados por eficientes estruturas administrativas. A eficiência gerencial e investimentos em novas tecnologias são meios de que essas empresas lançam mão para competir entre elas e conquistar novos mercados, inclusive o internacional. Por esta razão, investem pesado para a implantação de novos processos de produção, disputar os serviços dos bons executivos, mantê-los nos seus quadros e treinar novos quadros. O critério de promoção é a eficiência, a qual se traduz em retorno econômico para a empresa (Alencar, 2000). Vistos deste ângulo, treinamento de pessoal em diferentes níveis e manter bons executivos nos seus quadros são interpretados como investimento. Da mesma forma, contratar os serviços de boas empresas de consultoria e marketing, por exemplo, é também visto como investimento (Alencar, 2000). As empresas estrangeiras têm ainda a seu favor maior

⁶ O oligopólio é uma situação de mercado em que há um pequeno número de fornecedores que controla a oferta e, por isso, exercem uma grande influência sobre os preços. O oligopsônio refere-se à situação inversa em que um pequeno número de compradores controla o mercado e influi decididamente sobre os preços.

⁷ No Brasil, em 1992, existiam 48 mil agroindústrias. No entanto, cerca de 15 empresas abasteciam 80% de todos os alimentos que estavam nas gôndolas dos supermercados do país. (“Fúria dos oligopólios – a disparada dos preços dos alimentos industriais em 1992”, Isto É, nº 1218 de 03.03.93, p.12-17).

experiência internacional, recursos para investimentos e tecnologia, o que pode se transformar em importantes trunfos em uma economia globalizada ⁸.

O setor agropecuário ilustrado na Figura 1 vem acompanhado da expressão “atores diferenciados”, o que representa a heterogeneidade social existente no campo, identificada por diferentes tipos de produtores e de trabalhadores rurais⁹. Essa heterogeneidade sempre existiu, no entanto, o processo de capitalização da agricultura lhe impôs uma nova configuração. A identificação desses atores está, em primeiro lugar, relacionada com o grau de controle que possuem sobre a terra e com a forma de exploração nela existente. Considerando-se os atores sociais com menor controle sobre a terra, cresce a presença do assalariado, em especial do trabalhador temporário remunerado por produtividade ou tarefa. As unidades de produção mais capitalizadas tendem a manter, como mão-de-obra permanente, empregados que executam atividades especializadas (retireiros, operadores de máquinas, etc.). Expande-se também o movimento dos trabalhadores sem terra e a pressão pela reforma agrária.

Os atores sociais que possuem algum controle sobre a terra são diferenciados por meio de uma análise multidimensional que articula o conceito de “unidade de produção”, “processo de organização da produção” e “processo de integração com o mercado” ¹⁰. Unidade de produção (UP) é entendida como a área de terra onde a produção agropecuária é realizada. Este conceito não se

⁸ Fatores desta natureza foram evidenciados pelos dirigentes empresariais e executivos da área de recursos humanos das empresas agroindustriais de Minas Gerais estudadas por Fonseca (2000). Tais fatores figuravam, na linguagem dos dirigentes, como elementos do cenário que se descortinou a partir da abertura econômica de 1990 e orientou o processo de modernização tecnológica e administrativa de suas empresas.

⁹ Sobre o processo de diferenciação veja, entre outros, os seguintes autores: Abramovay (1992); Harris (1982); Müller (1982); Sorj e Wilkinson (1983) e Wanderley (1996).

¹⁰ Os conceitos de unidade de produção, forma de organização da produção e integração com o mercado são discutidos por Alencar (1986 e 2000) e Alencar e Moura Filho (1988).

restringe ao aspecto formal da propriedade legal da terra, uma vez que abrange áreas exploradas sob o sistema de parceria, áreas arrendadas e áreas sob posse. Processo de organização da produção refere-se ao modo pelo qual os fatores de produção (terra, capital e trabalho) são combinados dentro da unidade de produção. Processo de integração com o mercado refere-se às relações que integram a UP ao setor urbano-industrial como fornecedora de alimento ou matéria-prima e consumidora de bens e serviços.

A análise multidimensional permite identificar quatro tipos básicos de unidade de produção: 1) “latifúndio” (unidade multimodular, com níveis de comercialização às vezes elevados, mas com baixo grau de capitalização – produção extensiva – podendo-se encontrar neste tipo de UP o trabalho assalariado combinado ou não com diferentes formas de parceria); 2) “empresa agropecuária capitalista” (possui alto grau de comercialização e capitalização – investimentos em benfeitorias, máquinas, equipamentos e insumos industrializados – e emprego de força trabalho predominantemente contratada); 3) “empresa familiar”¹¹ (UP com área modular em que predomina a força-de-trabalho da família e que apresenta níveis elevados de comercialização e capitalização); 4) “unidade de produção camponesa” (de modo geral possui área modular ou submodular, predominância do trabalho da família, baixo grau de comercialização e capitalização).

¹¹ A expressão “empresa familiar” é aqui empregada para designar um tipo específico de unidade de produção agropecuária em que há predominância do trabalho da família, não só na gestão do empreendimento, mas, sobretudo nas atividades relacionadas com o trabalho direto com criações ou lavouras. O adjetivo “capitalista” empregado no termo “empresa agropecuária” qualifica, pois, a UP que usa predominantemente mão-de-obra contratada para o trabalho com criações ou lavouras, não importando, neste caso, que a gestão seja da família. É relevante observar que a expressão empresa familiar possui um significado diferente do que lhe é atribuído nos estudos sobre empresas familiares urbanas, nas quais o fator fundamental para esta classificação é o controle que a família detém sobre a gestão do empreendimento. Se fosse observado somente o caráter familiar da gestão, provavelmente a maioria das unidades de produção agropecuárias, aqui denominadas de empresas capitalistas, seria também classificada como familiar.

São também encontradas unidades de produção que mesclam características de “latifúndio e empresa agrícola capitalista” e de “empresa familiar e unidade camponesa”, por exemplo: unidades que apresentam níveis médios de capitalização e/ou comercialização e que empregam força de trabalho contratada, bem como unidades onde predominam a força de trabalho da família e que apresentam níveis médios de comercialização e/ou capitalização ¹².

Embora muitas unidades de produção familiar possuam níveis relativamente elevados de capital e comercialização, elas apresentam rendas líquidas baixas, garantindo somente a permanência dos produtores e de suas famílias no processo produtivo, a exemplo do que ocorre com a unidade de produção camponesa típica. Geralmente, são unidades integradas às agroindústrias e o baixo nível de renda líquida resulta do comportamento oligopsônico da integradora que determina a tecnologia a ser empregada, eventualmente antecipa parcela do pagamento em dinheiro, classifica os produtos e os compra, descontando do valor desta produção as quantias adiantadas ao produtor (Alencar, 2000). Este tipo de comportamento, muitas vezes previsto em contratos, leva os produtores a adotarem tecnologias modernas que acarretam volumes elevados de produção, altos gastos, rendas brutas elevadas, mas rendas líquidas baixas. A integração destas UPs ao capital industrial possui, segundo alguns autores, um sentido duplo: garante a sobrevivência do pequeno produtor e à agroindústria assegura o seu abastecimento de matéria-prima de acordo com as especificações técnicas de que necessita ¹³.

¹² Sobre unidades de produção que mesclam características de mais de um dos tipos básicos de UPs, ver os estudos de Alencar (1986), Baraúna (1988), Molina Filho (1977), Perez (1975) e Vilas Boas (1992).

¹³ Este tipo de integração é evidenciado nos estudos de Belato (1986), Loureiro (1981 e 1987), Perez (1975), Sorg et al. (1982) e Lopes (1992).

Embora esta categorização possa apresentar limitações, ela cumpre o seu papel ao mostrar a existência de diferentes atores sociais no campo, os quais podem ter: a) diferentes interesses, até mesmo conflitantes; b) uma visão distinta de mundo; c) diferentes problemas; d) acesso diferenciado aos benefícios institucionais da sociedade (crédito, assistência técnica, resultados de pesquisa, educação, serviço de saúde, etc.); e) diferentes níveis de facilidade ou dificuldade para se organizarem; f) diferentes dimensões de poder (acesso aos centros de decisões e capacidade de influenciá-los) (Alencar, 1997).

Caracterizados os atores sociais presentes nos setores a montante, agropecuários e a jusante, bem como seu posicionamento na estrutura de mercado, o próximo passo será examinar a capacidade que tais atores possuem de influenciar as decisões que são tomadas no âmbito das estruturas do Estado. Esta discussão é fundamentada no trabalho de Lamounier (1994). Segundo esse autor, um modelo de análise de decisões políticas deve começar discriminando os atores sociais envolvidos, sua posição estrutural em termos da capacidade de influir (tanto no momento presente quanto como tendência temporal) e os recursos de poder (positivos ou negativos) à disposição de cada um. Partindo destes três fatores, Lamounier agrupa os atores envolvidos na definição das políticas destinadas à agricultura em um “conjunto de atores efetivamente significativos” e em um “conjunto de atores que pouco influem no processo decisório”. O conjunto de atores “efetivamente significativos” é constituído por: (a) atores governamentais, (b) Congresso Nacional, (c) médios e grandes produtores e (d) agroindústria¹⁴. O conjunto de atores que “pouco influem” é formado por: (a) pequenos produtores e (b) trabalhadores rurais.

¹⁴ Ao empregar a palavra agroindústria, Lamounier está se referindo não somente às indústrias de processamento, mas também às de insumos e máquinas. Por conseguinte, o termo agroindústria abrange, no seu estudo, os setores a montante e a jusante de uma cadeia agroindustrial.

Os atores governamentais estão localizados em vários segmentos do Poder Executivo e ocupam um papel central na formulação da política agrícola. No entanto, “apesar da proximidade e da localização comum, suas relações são, com freqüência, marcadas por conflitos resultantes dos objetivos distintos que norteiam as ações de cada um e das disputas de jurisdição que os separam” (Lamounier, 1994, p. 7). As autoridades da área econômica (Ministério da Economia ou da Fazenda) estão no centro dos atores governamentais. O poder dessas autoridades é grande e se encontra em expansão. Elas controlam os instrumentos de política econômica e a prolongada crise aumentou o seu poder de intervenção. A busca da estabilidade monetária legitimou a interferência estatal e a subordinação da política agrícola aos imperativos das políticas de estabilização¹⁵. O limite deste recurso de poder é a desorganização da agricultura. Este intervencionismo, conjugado à redução do crédito subsidiado pelo Estado, provocou um distanciamento dos produtores rurais do governo e reativou as suas associações representativas.

O Ministério da Agricultura é apresentado no estudo de Lamounier como um ator governamental com poder escasso e declinante. Tal situação resulta da subordinação da agricultura às injunções do desenvolvimento industrial que retirou desse Ministério parte importante dos instrumentos de formulação e implementação de políticas com impactos sobre a agropecuária. Além do mais, esse autor considera que o descontrole inflacionário dos anos 1980, ao estimular a centralização das decisões na área econômica, reduziu ainda mais o espaço de atuação do Ministério da Agricultura para a formulação de políticas dessa natureza. “No jogo político interno ao governo, o Ministério

¹⁵ Por exemplo, “na década de 1980, os esforços para pôr os preços sob controle redundaram em uma ‘política de preços negativos’ (tabelamentos, restrições às exportações agropecuárias, importações e vendas subsidiadas de alimentos, confiscos cambiais e venda de estoques governamentais a preços subsidiados) que diminuiu, quando não anulou, as ‘políticas positivas’ assentadas na garantia de preços mínimos” (Lamounier, 1994: 7).

da Agricultura extrai força da capacidade para falar em nome dos produtores e do apoio que deles venha a obter” (Lamounier, 1994, p.8).

O Congresso Nacional e seus membros aparecem no estudo de Lamounier como atores com poder de influência médio, mas crescente na definição das políticas agropecuárias. Essa tendência resulta de dois fatores: a) agravamento da crise econômica e redefinição pelos produtores, empresários agroindustriais e lideranças associativas do papel do governo e do Congresso na formulação de política¹⁶; b) ampliação do poder do Congresso na Constituição de 1988. No entanto, esse estudo também aponta alguns fatores que limitam a ação do Congresso, por exemplo: a) a Comissão da Agricultura tem sido mais uma tribuna para a expressão das demandas de grupos, com frequência de âmbito regional, do que um instrumento de definição de políticas agrícolas consistentes; b) a chamada bancada ruralista, isto é, os parlamentares mais estreitamente ligados às atividades rurais, não constitui um grupo capaz de atuar de forma coordenada ou compacta. Excetuando-se a questão fundiária, observa Lamounier, boa parte dos chamados parlamentares ruralistas especializa-se na intermediação de interesses muito específicos e regionalmente localizados¹⁷, o que conduz a freqüentes conflitos intrabancada. “O padrão daí resultante é uma

¹⁶ Lamounier (1994, p. 9) considera que, ao mesmo tempo em que as fontes estatais de crédito subsidiado escasseavam, “as políticas antiinflacionárias de efeito heterodoxo exacerbaram o intervencionismo estatal sobre o setor privado e aumentaram a incerteza quanto às regras vigentes na economia. A agricultura foi especialmente atingida, seja pelas medidas de congelamento ou tabelamento dos preços, seja pelo contingenciamento das exportações e pelas liberações das importações com o propósito de forçar a baixa dos preços internos. A combinação de uma forma de intervenção governamental drástica e imprevisível com o progressivo esgotamento das facilidades creditícias foi alterando a percepção dos produtores rurais, empresários agroindustriais e lideranças associativas quanto ao papel do governo e do Congresso”.

¹⁷ Por exemplo, dos rizicultores do sul, dos produtores de laranja de São Paulo, dos produtores de soja do centro-oeste, da agroindústria canavieira de um estado nordestino, da indústria de insumos, da indústria de aves, etc.

justaposição de medidas específicas que impede o estabelecimento de qualquer tipo de prioridade e que termina por consagrar uma série de benefícios particulares, sem consideração de custos e de exequibilidade” (Lamounier, 1994, p.9).

Analisando os atores sociais localizados fora das estruturas do Estado, Lamounier (1994, p. 10) considera que, na atualidade, os médios e grandes produtores detêm algum poder sobre as decisões que os afetam. Seus principais recursos para exercer esse poder são a presença ativa de associações representativas e a ação de *lobby* sobre o Congresso, embora o acesso individual de grupos às agências de governo seja um recurso ainda usado. Esse autor identifica dois tipos de associação que fazem a intermediação dos interesses dos produtores e tentam influir sobre o processo decisório: a) organização de interesse por produto (por exemplo, associação de produtores de laranja de São Paulo); b) organizações de abrangência nacional, como a Sociedade Rural Brasileira.

As “organizações de interesse por produto” são instrumentos de defesa de interesses específicos, como o próprio nome sugere. Elas começaram a se multiplicar ainda nos anos 1970, principalmente nos setores submetidos a intenso processo de modernização. A maioria dessas associações (56%) foi criada nas décadas de 1970 e 1980, sendo majoritariamente de âmbito nacional (61%), o que sugere que o governo federal é seu principal interlocutor e destinatário de demandas. Em alguns casos, são também instrumentos de negociação intersetorial entre produtores e agroindústrias, como ocorre no setor de laranja. A indicação do estado-sede mostra uma distribuição regional desequilibrada, com inequívoca concentração no estado de São Paulo (67,4%)” (Lamounier, 1994, p.10-11).

O segundo tipo de associações, identificado por Lamounier como recursos de poder relevantes, é composto pelas seguintes organizações de

abrangência nacional: a) Sociedade Rural Brasileira (SRB); b) Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão de cúpula da estrutura sindical; c) Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Essas três organizações, de acordo com a análise de Lamounier, têm recursos, capacidade de convocação e vocação diversas. A CNA conta com os recursos proporcionados pelo sistema sindical: fundos razoavelmente abundantes e assegurados por lei, uma estrutura nacional assentada nas federações estaduais e sindicatos. Contudo, sua capacidade efetiva de mobilização é limitada pela própria falta de representatividade dos organismos de base do sistema, ou seja, federações e os sindicatos¹⁸. Das três, a OCB é aquela que tem maior capacidade de mobilização dos produtores, por meio das estruturas do sistema cooperativista, especialmente no sul e parte do sudeste. Entretanto, está circunscrita na representação de parcela dos produtores organizados em cooperativas. A SRB é, na perspectiva de Lamounier, a entidade rural mais frágil do ponto de vista da organização nacional e dos recursos materiais de que dispõe. Depende exclusivamente dos recursos dos seus associados, concentrados, principalmente, no estado de São Paulo. “Trata de compensar essa fraqueza com uma maior capacidade de articulação em termos políticos e no tocante à formulação de estratégias globais. Sua capacidade de mobilização dos produtores é, entretanto, muito pequena” (Lamounier, 1994: 11).

A grande limitação da SRB, CNA e OCB assenta-se no fato de os produtores constituírem um grupo amplo, heterogêneo e disperso pelo território nacional com problemas típicos de ação coletiva. No entanto, o autor observa que “essa limitação pode ser superada em circunstâncias especiais, quando ganham relevo as questões de política para o setor rural. Foi o que ocorreu por

¹⁸ Sua atuação política não pode deixar de levar em conta os interesses de um *establishment* sindical encastelado nas federações e sindicatos, e mais preocupados em perpetuar-se nos postos do que em representar adequadamente suas bases (Lamounier, 1994: 11).

ocasião da Assembléia Nacional Constituinte e, em menor medida, no processo de estabelecimento da Lei Agrícola e na discussão sobre a indexação da dívida dos produtores estabelecida no Plano Collor” (Lamounier, 1994: 11).

A agroindústria, ao contrário do que ocorre com médios e grandes produtores rurais, constitui um ator poderoso, cuja capacidade de influir está em expansão. Entre as características estruturais apontadas por Lamounier, que aumentam o poder dos segmentos agroindustriais nos processos de decisão política, as seguintes parecem especialmente importantes: a) o domínio do mercado por poucas firmas nos setores a montante e a jusante; b) a tradição de negociação entre firmas para restringir a competição e dividir os mercados; c) a capacidade de financiar campanhas eleitorais e organizar *lobbies* eficientes lhes assegura defensores no Congresso. Os limites do poder destes setores são dados, de um lado, pelos conflitos que em muitos casos opõem indústrias de insumos e equipamentos ou de processamento a produtores rurais; de outro, pela dificuldade, devido a fatores ideológico-culturais, de revestir de legitimidade e universalidade a defesa dos interesses da agricultura moderna (Lamounier, 1994, p.12).

Pequenos produtores e trabalhadores rurais são, para Lamounier, os atores que ocupam uma posição marginal na decisão das políticas agrícolas. “Em que pesem algumas medidas de política agrícola favoráveis aos pequenos produtores, estes e os trabalhadores rurais foram os grandes excluídos dos benefícios da modernização da agricultura brasileira, no período recente. Não dispõem de organizações próprias, embora alguns dos seus segmentos se organizem junto aos trabalhadores rurais na Confederação de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). A CONTAG tem se mantido distante das discussões de política agrícola, concentrando seus esforços na luta pela reforma agrária e pela extensão e efetivação dos direitos sociais e trabalhistas no meio rural. Pequenos produtores e trabalhadores rurais contam com a simpatia genérica da opinião

pública por suas demandas; não dispõem, porém, de aliados urbanos efetivamente empenhados em prestar-lhe apoio” (Lamounier, 1994, p.12).

Os comentários ressaltando a diversidade social no campo, a situação de mercado e os recursos e limites de poder dos diferentes atores sociais, mostram que os complexos agroindustriais envolvem o setor rural numa complexa rede de relações de interesses. Esta situação caracteriza a base atual em que se estabelece a integração rural-urbana no Brasil e serve de ponto de partida para a formulação dos objetivos desta pesquisa. Porém, antes de se estabelecê-los, serão apresentadas as principais características sociais e econômicas da região estudada.

1.2 Área de estudo

A região sul do estado de Minas Gerais (RSMG) corresponde à mesorregião sul/sudoeste de Minas, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, por ser mais conhecida por Sul de Minas, esta denominação será usada nesta pesquisa.

A RSMG possui uma localização privilegiada por estar próxima das maiores áreas metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) (Figura 2), o que tem favorecido a sua industrialização e o aumento da produção agropecuária. Abrange uma área de 53.097 km² (9% da área total do estado) e tem uma população de 2.185.050 habitantes, correspondendo à 13,2% da população mineira (Santos, 2000). Sua estrutura agrária é caracterizada por um grande número de pequenas e médias propriedades rurais. Dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 indicam que existiam nessa região, em 1995, 96.521 estabelecimentos rurais (19,40% do total de Minas Gerias), sendo que 91,30% deles apresentavam área inferior a 100 ha (43,30% com área inferior a 10 ha e 48,00% entre 10 a menos de 100 ha).

1. Campos das Vertentes
2. Central Mineira
3. Jequitinhonha
4. Metropolitana de Belo Horizonte
5. Noroeste de Minas
6. Norte de Minas
7. Oeste de Minas
8. Sul/Sudoeste de Minas (Sul de Minas)
9. Triângulo/Alto Paranaíba
10. Vale do Mucuri
11. Vale do Rio Doce
12. Zona da Mata

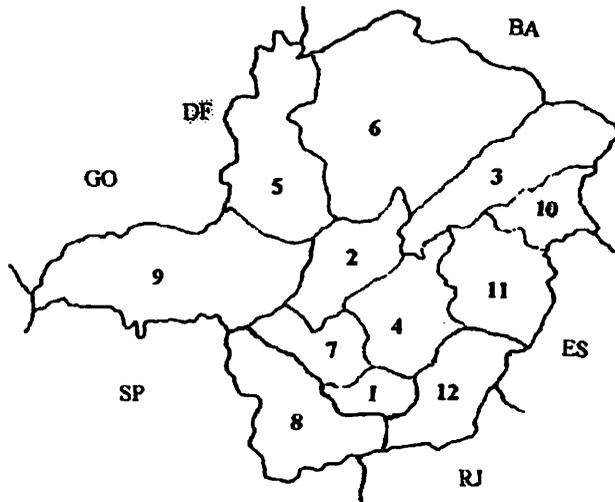


FIGURA 2 – Mesorregiões de Minas Gerais

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário¹⁹, a RSMG possuía, em 1995, o segundo maior rebanho bovino de Minas Gerais com 2.409.553 cabeças (12,00% do rebanho estadual) e o terceiro maior rebanho suíno, com 351.113 animais (13,30% do total do estado). A região era também o terceiro maior produtor de aves com doze milhões de cabeças, (14,20% da produção estadual), o primeiro produtor de ovos, com aproximadamente 45 milhões de dúzias (22,20% da produção mineira), a segunda bacia leiteira do estado, com mais de um bilhão de litros (19,00% da produção estadual). Em 1996, o Sul de Minas se destacava como o principal produtor de café do estado, sendo responsável pela produção de mais de 6.300.000 sacas, o que representava, aproximadamente, 51,00% da produção estadual (Filetto, 2000). A RSMG ainda se destacava, no contexto estadual como um centro produtor de laranja (27,90%), milho (23,20%) e feijão (21,10%). A produção de batatas frutas e verduras também vinha ganhando posição de destaque nos municípios localizados na extremidade sul da região (Moura Filho et al., 1994).

Com relação à tecnologia empregada no processo produtivo, dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 mostram que 81,90% dos proprietários do Sul de Minas declararam utilizar adubos e corretivos em suas lavouras, 87,30% faziam controle de pragas e doenças e 63,00% contavam com energia elétrica em suas propriedades. No entanto, somente 29,80% declaram empregar práticas de conservação do solo, mesmo considerando a natureza acidentada da topografia regional. A RSMG era, entre as regiões mineiras, a que possuía o maior número de tratores (26.011 tratores), máquinas para a colheita (3.709 máquinas), caminhões de uso agrícola (4.307 caminhões), utilitários (14.094 utilitários) e o segundo maior número de máquinas para plantio (7.783

¹⁹ IBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br. Os dados referentes à este censo se encontram nos Anexos.

máquinas). Detinha, na época da realização do censo, a melhor relação entre tratores, máquinas e veículos de uso agrícola por área total. Em 1995, o valor de sua produção agropecuária (R\$1.460.000.000) era o segundo maior do estado e correspondia a 23,00% da produção agropecuária mineira. No entanto, a relação entre valor da produção por área total (R\$392,76) era a maior de Minas Gerais.

A região conta uma rede de escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), estações experimentais da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), instituições de ensino técnico e superior em ciências agrárias, organizações não-governamentais que atuam junto aos produtores familiares e uma rede de cooperativas agropecuárias, operando na comercialização e/ou processamento de produtos agropecuários, principalmente café e leite. Grandes agroindústrias estão também instaladas no Sul de Minas, das quais se destacam Nestlé, Danone, Fleischman e Royal, Cotochés, Barbosa e Marques, Leco, Boa Nata, Embaré e Vigor (Santos, 2000). Há ainda um grande número de pequenas e médias agroindústrias que operam no setor de laticínios, beneficiamento e torrefação de café.

Os estudos de Calegário (1996) e Filetto (2000) sugerem que a integração rural-urbana nessa região não se verifica por meio de complexos agroindustriais completos. Neles, como observa Kageyama et al. (1990), há um conjunto integrado de atividades que têm ritmo próprio e estratégias de crescimento combinadas, uma vez que existem soldagens específicas da atividade agropecuária com a indústria a montante e a indústria processadora. No Sul de Minas, o que se verifica é o estabelecimento de vínculos entre setores modernizados da agricultura e indústrias de processamento, formando

complexos agroindustriais incompletos²⁰. Em outras situações, a integração da agricultura moderna ao setor urbano-industrial se dá sem soldagens específicas com as indústrias a montante ou a jusante, não tomando, assim, forma de complexo. Resta assinalar que também existe um conjunto de pequenos produtores descapitalizados, cuja integração com o mercado ocorre por intermédio de pequenos comerciantes locais ou regionais.

As formas assumidas pela integração rural-urbana no Sul de Minas sugerem o envolvimento de outros atores sociais complementando as ligações que se verificam entre o setor agropecuário e os setores a montante e a jusante. Esses atores podem ser cooperativas, firmas comerciais e uma série de outras entidades prestadoras de serviços. Como por exemplo, citam-se as de pesquisa, assistência técnica, transporte, classificação de produtos e organizações creditícias. Além do mais, as ligações entre o setor agropecuário dessa região com o mercado não devem ser vistas somente dentro dos limites regionais, uma vez que parte de sua produção destina-se ao mercado nacional e, no caso do café, também ao mercado internacional. Com a abertura da economia brasileira em 1990 e a efetivação do Mercosul, a competitividade entre os setores lácteos sulmineiro, argentino e de outros países pode ser outro fator significativo para a agropecuária dessa região, uma vez que ela é uma das principais bacias leiteiras do estado. Esse é o contexto em que foram estabelecidos os objetivos desta pesquisa.

²⁰ Complexos agroindustriais incompletos referem-se à integração da agropecuária tecnificada com as agroindústrias de processamento, sem, no entanto, manter vínculos específicos com as indústrias a montante. Kageyama et al. (1990) consideram que esse segmento talvez seja um dos grandes responsáveis pela demanda de máquinas e insumos agrícolas em geral no Brasil, mas sem integrar-se verticalmente com essas indústrias.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo central deste estudo é identificar e descrever como lideranças de produtores rurais e profissionais de ciências agrárias interpretam o ambiente em que atuam, relacionando possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agropecuária na região sul do estado de Minas Gerais.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar e descrever os fatores favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária no Sul de Minas Gerais e possíveis deficiências no aproveitamento destes fatores, segundo a interpretação de lideranças de produtores e profissionais de ciências agrárias.
- Identificar e descrever os fatores limitantes ao desenvolvimento da agropecuária no Sul de Minas e o potencial restritivo destes fatores, segundo a interpretação de lideranças de produtores e profissionais de ciências agrárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Autores como Jones (1993), Guba e Lincoln (1994) consideram que a perspectiva teórica ou paradigma traz no seu interior uma dimensão ontológica sobre a natureza da realidade e também uma dimensão epistemológica sobre o que é considerado conhecimento e, por conseguinte, metodologia e método são dimensões de um paradigma¹. Assim, o referencial teórico e metodologia serão tratados em um mesmo capítulo.

2.1 Referencial teórico

Esta pesquisa fundamenta-se na análise interpretativa e tem como elemento central os significados de “objetivos”, “meios” ou “condições” de uma ação, atribuídos pelos atores sociais aos objetos de orientação que identificam em uma dada situação, ambiente ou contexto. O conceito de significado é visto a partir da perspectiva do fenomenologista Taylor (1979: 25/71) e a noção de situação, ambiente ou contexto é retirada do “marco de referência da teoria da ação” elaborado por Parsons e Shils (1968: 75/100).

Segundo Taylor (1979), quando se fala de significado está se usando um conceito que possui seguinte articulação: significado existe para um indivíduo e é de alguma coisa (objeto de orientação) que se encontra em um contexto (Figura 3).

¹ Guba e Lincoln (1994: 105/106) definem paradigma como “um sistema básico de crença ou visão de mundo que guia o pesquisador, não somente na escolha do método, mas também dos fundamentos ontológicos e epistemológicos da sua pesquisa. (...) Paradigma representa o sistema de crenças que define para o pesquisador a natureza do mundo, situa os indivíduos no mundo e a gama de possíveis relações do mundo com suas partes”.

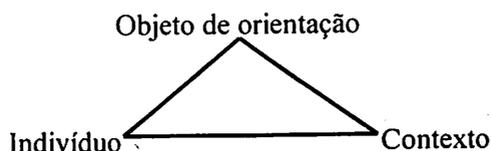


FIGURA 3 – Elementos articulados ao conceito de significado

Em primeiro lugar, essa articulação quer dizer que significado não existe no vácuo, mas para um indivíduo específico ou grupo de indivíduos em um dado contexto. Em segundo lugar, admite-se que, tratando-se de outros indivíduos e de outros contextos, o mesmo objeto poderá ter diferentes significados. Assim, podem-se distinguir, em um objeto de orientação, diferentes significados. Isto não quer dizer que o objeto de orientação e o seu significado sejam fisicamente separáveis, mas que ele tem duas descrições, em uma das quais ele é caracterizado em termos do que representa para o indivíduo. Portanto, as relações entre as duas descrições não são simétricas, fazendo com que a descrição em termos de significado seja orientada para a busca de seus diferentes substratos (essências). Em terceiro lugar, os objetos somente possuem significados em um contexto (situação), ou seja, em relação aos significados de outros objetos também presentes no contexto. Isso quer dizer que um dado objeto não pode ser visto de forma singular, isolado, não relacionado com outros objetos significantes.

Partindo-se das colocações de Taylor (1979), assume-se, neste estudo, que significado corresponde às qualidades que o ator social (individual ou coletivo) percebe nos objetos que compõem a situação em que atua e que podem assumir as características de objetivos, meios ou condições de sua ação. Por conseguinte, a utilização deste conceito na análise interpretativa implica na definição do que se entende por “ação”, “ator social”, “fins” (metas ou objetivos), “meios”, “condições” e “situação”, também denominada ambiente ou contexto.

O comportamento humano pode ser interpretado como uma ação que possui as seguintes características: a) é orientada para a obtenção de fins, metas ou objetivos; b) tem lugar em uma situação (ambiente ou contexto); c) é normativamente regulada; e) implica em gasto de energia (esforço) e motivação. Os componentes da ação, para fins analíticos, estão esquematizados na Figura 4.

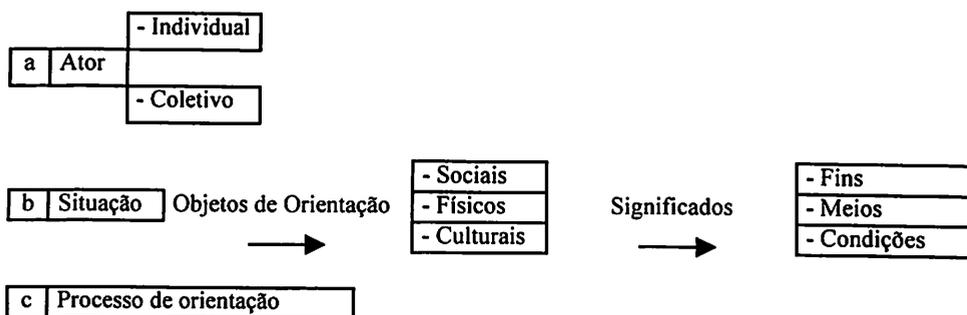


FIGURA 4 - Esquema dos componentes da ação.
Fonte: Alencar (1998:1).

Ator social é o agente que desenvolve a ação e pode ser um indivíduo ou uma coletividade (ator coletivo). Fins (metas ou objetivos) são estados futuros que o ator ou atores querem atingir e, por isso, desenvolvem a ação. Meios são componentes da situação sobre os quais o ator julga ter controle e que ele pode utilizar (ou desejar utilizar) para alcançar o seu objetivo. Condições (obstáculos) são os elementos da situação que impedem, limitam ou condicionam a consecução do objetivo da ação.

Situação é a parte do mundo onde o ator atua e é formada de objetos de orientação que podem ser de natureza social, física ou cultural. Os objetos de natureza social são os outros atores (individuais ou coletivos), cujas ações e atitudes são significativas para o ator tomado como ponto de referência para a análise. Objetos culturais são os componentes do ambiente que são criações dos seres humanos e podem ser classificados em componentes materiais e não

materiais da cultura. Componentes materiais são os objetos físicos da cultura, instrumentos, equipamentos, construções, etc. Os conhecimentos requeridos para que esses objetos possam ser usados são classificados como componentes não-materiais da cultura. Os componentes não materiais constituem a parte do ambiente que não tem uma estrutura física (conhecimentos, valores, ideologias, normas, etc.). No entanto, fornecem ao ator padrões de referência para: a) escolher os objetivos (fins ou metas); b) eliminar ou contornar os efeitos das condições (obstáculos) sobre a ação; c) selecionar os meios adequados para atingir os fins propostos. Objetos físicos são os elementos da natureza (por exemplo, solo, clima, topografia, recursos hídricos, distância, etc.) e os componentes materiais da cultura (máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc.).

A orientação da ação, ou seja, o estabelecimento dos fins, a seleção dos meios para atingi-los e a neutralização das condições, implica na possibilidade de escolha, o que se denomina processo de orientação. Esse processo envolve:

- a) conhecimento da situação em que a ação se desenvolve, incluindo
 1. o lugar de um objeto de orientação (um potencial objetivo, meio ou condição) entre os demais objetos de orientação (outros possíveis objetivos, meios ou condições);
 2. a determinação das propriedades atuais e potenciais dos objetos de orientação, tendo em vista a satisfação das necessidades do ator;
- b) ponderação, avaliação e seleção dos objetos que comporão o plano de ação.

A palavra “meio” foi substituída pela expressão “fator favorável” e “condição” por “fator limitante”, uma vez que essas expressões mostraram ser melhor compreendidas pelos entrevistados.

Considerando que é no processo de orientação que o ator social atribui a um dado objeto a qualidade de “fim”, “meio” ou “condição” de sua ação, esses conceitos podem ser articulados com as considerações de Taylor (1979) sobre

significado, dando origem ao esquema geral de interpretação empregado neste estudo (Figura 5).

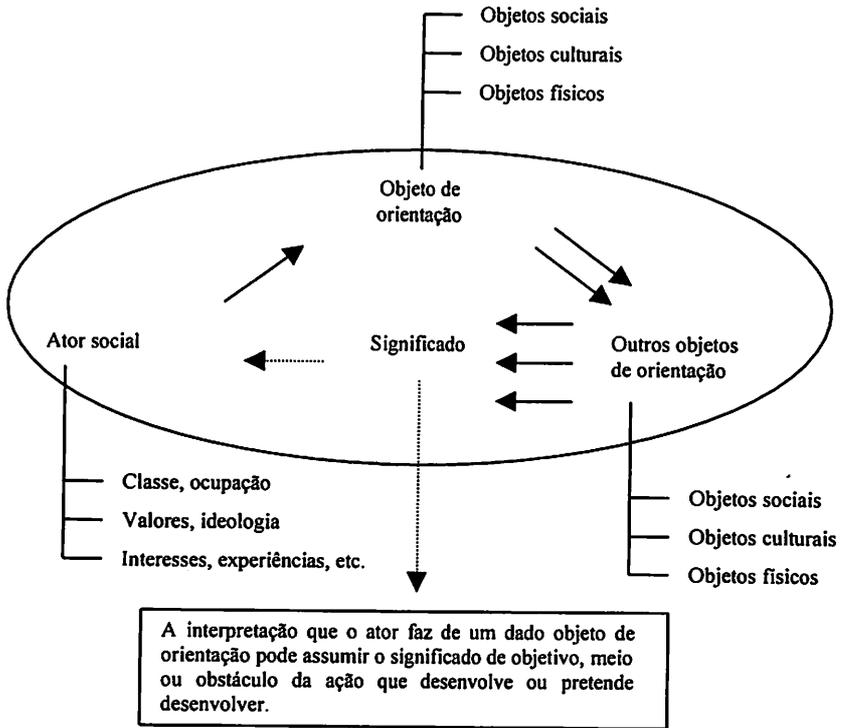


FIGURA 5 - Esquema geral de interpretação empregado no estudo
 Fonte: adaptado de Alencar (1998: p.10)

Deve-se observar que o ator possui história, experiências e habilitações que o diferenciam ou aproximam de outros atores; está inserido em uma estrutura social; é parte de uma cultura e tem interesses que podem ser conflitantes ou não com os de outros atores. Por conseguinte, vários fatores podem influenciar o modo como um ator específico ou categorias de atores sociais interpretam a realidade em que vivem. Além de explicar a possibilidade

de uma situação apresentar diferentes interpretações, tais fatores constituem os elementos que muitas vezes colocam em confronto a abordagem interpretativa e as abordagens estruturais².

Embora reconhecendo a importância teórica do debate que esse confronto tem gerado, a sua discussão escapa dos limites deste trabalho. A inclusão na Figura 5 de características como “classe”, “ocupação”, “valores”, “ideologia”, “interesses” e “experiências” que acompanham o ator social, reflete a preocupação em expor que as interpretações dos atores entrevistados sobre o ambiente em que vivem podem apresentar múltiplos significados. Novas dimensões também poderiam ser reveladas se outros atores fossem incluídos neste estudo. Todavia, os motivos pelos quais as diferenças de interpretação se verificam entre atores não constitui o objetivo desta pesquisa.

Como última dimensão analítica a ser observada, destaca-se a possibilidade de as configurações assumidas pela integração rural-urbana no Brasil, discutidas no capítulo introdução, se transformarem em fatores estruturantes da ação de diferentes atores sociais, fundamentando a interpretação que fazem da situação em que atuam.

² Existem três grandes paradigmas teóricos nas ciências sociais que se ramificam em diferentes correntes de análise: abordagem estrutural do consenso, abordagem estrutural do conflito e abordagem interpretativa. Ao contrário de centrarem na interpretação que os indivíduos fazem da realidade em que vivem, como ocorre na abordagem interpretativa, as abordagens estruturais enfatizam diferentes tipos de influências externas sobre o pensamento e comportamento humano. No entanto, elas discordam a respeito de quais são esses fatores externos. A abordagem do consenso dá primazia à influência da cultura (o que aprendemos a querer resulta da socialização, ou seja, do aprendizado da cultura). A abordagem do conflito, por outro lado, dá mais atenção ao conflito inerente às relações entre grupos desigualmente privilegiados na sociedade e considera que o conteúdo da cultura pode ser visto como um meio de perpetuar as relações de desigualdade. No entanto, autores como Giddens (1979), Jones (1993) e Layder (1994) mostram que nas últimas seis décadas do século XX vários esforços foram feitos no sentido de construir novas abordagens que incorporam elementos dos três grandes paradigmas.

A noção de significado aqui empregada enfatiza a necessidade da análise ser conduzida a partir da perspectiva (ponto de vista) do ator da ação e não do observador, substituindo o método hipotético-dedutivo³ pelo método interpretativo. Portanto, este estudo não visa ao estabelecimento de relações entre variáveis pela formulação prévia de hipóteses. O que ele busca é compreender como atores sociais específicos, “liderança de produtores rurais” e “profissionais de ciências agrárias”, interpretam o ambiente onde atuam, extraíndo dele informações que consideram significantes para o estabelecimento de estratégias de ação, com as quais poderiam influir nesse ambiente. Propõe-se, pois, o uso do método indutivo, no qual as categorias e modelos originam-se da análise do discurso ou da ação dos atores. Como assinala Jones (1993), o desenvolvimento de teoria, descrição e operacionalização de variáveis são produtos do processo de pesquisa, em vez de serem seus meios ou instrumentos. Essa postura privilegia a perspectiva do ator e os símbolos que ele manipula para a construção da realidade.

2.2 Metodologia

Metodologia e método referem-se a diferentes níveis de aquisição do conhecimento; metodologia diz respeito ao processo de produção de conhecimento e método é uma ferramenta específica para adquiri-lo (Jones, 1993: 112). Ou, na linguagem de Guba e Lincoln (1994), metodologia refere-se ao modo como o pesquisador procede para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido. Isso mostra que as questões metodológicas não podem ser

³ No método hipotético-dedutivo, o pesquisador parte do conhecimento teórico existente (o que é) e especula sobre o que também poderia ser. Esse procedimento é denominado dedução de hipótese. Formulada a hipótese, o pesquisador buscará a sua validade, confrontando-a com as evidências empíricas. Esse processo é denominado teste de hipótese (Jones, 1993: 125).

reduzidas a uma questão de método (ou técnica, como muitas vezes é denominado). Métodos devem ajustar-se a uma metodologia predeterminada que, por sua vez, deve-se ajustar a uma concepção ontológica sobre a forma e natureza da realidade (Guba e Lincoln, 1994: 108)⁴. Procurando atender aos propósitos do estudo, utilizou-se o método conhecido como “focused-interview” para coleta de informações.

2.2.1 Método de coleta de informações

O método *focused-interview* possui as seguintes características: a) está centrado em tópicos dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista; b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas; c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (Alencar e Gomes, 1998, p.110).

A elaboração do roteiro seguiu, em linhas gerais, os seguintes passos: a) procurou-se inicialmente detectar os fatores que os entrevistados identificam como favoráveis (possíveis meios) ou limitantes (possíveis condições) ao

⁴ Tal situação pode ser ilustrada utilizando-se um exemplo apresentado por Jones (1993). Para um positivista, sociedade é uma realidade objetiva – uma estrutura social – cuja existência é manifestada nas idéias e ações dos atores. Essa concepção ontológica de realidade implica em uma dimensão epistemológica. Esta, por sua vez, implica em aceitar que o conhecimento do impacto das forças estruturais na vida dos atores somente é possível pela coleta de evidências empíricas das regularidades do pensamento e comportamento, por exemplo, validação das teorias do observador via quantificação – evidências estatísticas – dos padrões de pensamento e comportamento. Essa postura do pesquisador conduz ao uso de uma metodologia específica, que é o método hipotético dedutivo e ao emprego de técnicas como experimento e survey. Por outro lado, para o pesquisador que adota a perspectiva interpretativa, a sociedade é uma construção dos seus membros, uma vez que eles são capazes de interpretação e ações significativas. O desdobramento epistemológico dessa forma de conceber a realidade social é acreditar que a interpretação somente é possível quando se adquire conhecimento sobre os modos pelos quais os atores percebem o mundo e quando se adquire conhecimento sobre os significados que sustentam suas ações. A estratégia metodológica, nesse caso, seria o uso da interpretação e, para tanto, o pesquisador utiliza métodos, como observação, entrevista em profundidade, história oral e história de vida (Jones, 1993: 151).

desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas; b) identificar como eles relacionavam tais fatores com os demais objetos de orientação que compõem o ambiente (objetos sociais, culturais e físicos). A relação dos fatores favoráveis, como os demais objetos de orientação, deu-se pela descrição que os entrevistados fizeram (a) das potencialidades desses fatores, (b) do modo pelo qual poderiam ser manipulados na formulação de possíveis estratégias de ação e (c) dos objetos de orientação percebidos como elementos que reduzem as potencialidades de tais fatores. A relação entre fatores limitantes com os demais objetos de orientação seguiu uma orientação semelhante, procurando, no entanto, conhecer como tais fatores poderiam ser contornados ou neutralizados.

No final do roteiro, foram incluídos tópicos diretamente relacionados com possíveis impactos da expansão agroindustrial na região estudada. Assim, caso o entrevistado não tivesse mencionado de forma explícita a “agroindustrialização” como um fator favorável ou limitante ao crescimento da agropecuária do Sul de Minas, ter-se-ia a oportunidade de detectar como ele percebia esse processo. Com o mesmo objetivo, também foram incluídos, no final do roteiro, tópicos sobre o processo de globalização econômica.

Foram, no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998⁵, entrevistadas 21 pessoas e o processo de amostragem será descrito na próxima seção. As entrevistas foram gravadas e tiveram uma duração média de uma hora e quarenta minutos. A análise das entrevistas seguiu os seguintes passos: a) transcrição das fitas; b) leitura sistemática de todas as entrevistas; c) identificação de dimensões (o que existe ou não em comum na fala dos entrevistados); d) codificação das diferentes dimensões estabelecendo códigos para identificá-las; e) organização das dimensões codificadas em categorias de objetos significantes. Antes de se

⁵ Os intervalos entre uma entrevista e outra decorreram da alteração no calendário de liberação dos recursos para condução dos trabalhos de campo e da dificuldade de agendar entrevistas com as lideranças de produtores rurais.

iniciar o trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com o propósito de treinamento e reestruturação do roteiro.

2.2.2 Seleção dos entrevistados

Os atores sociais que ocupam o centro da análise deste estudo são “lideranças de produtores rurais” e “profissionais de ciências agrárias”. Por liderança, entende-se aqueles produtores que mais se destacavam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agropecuária regional. Os profissionais de ciências agrárias compreendem extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG-MG) e professores da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento, em que as pessoas são escolhidas por preencherem certos critérios e pela relevância de suas informações⁶, método que será discutido a seguir.

Para a escolha da liderança de produtores rurais foi encaminhada aos presidentes da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e da Cooperativa Central dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais (COCCAMIG), bem como à direção regional da EMATER-MG e da EPAMIG, carta solicitando a indicação de dez nomes de produtores rurais que mais se destacavam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agropecuária regional. Os nomes indicados por essas instituições foram cruzados, sendo selecionados inicialmente doze produtores que haviam sido apontados duas ou mais vezes. Todavia, dois produtores

⁶ Para discussão desse método veja, entre outros, os seguintes autores: Alencar e Gomes (1998), Babbie (1999), Barquero (1970), Laille e Dionne (1999).

selecionados não foram entrevistados, uma vez que ocupavam cargos fora da região e as várias tentativas de agendar entrevistas não se concretizaram.

O processo de seleção dos profissionais de ciências agrárias foi semelhante. Solicitou-se à direção regional da EMATER-MG e da EPAMIG a indicação de três extensionistas e três pesquisadores com mais de cinco anos de trabalho na região e que já haviam ocupado postos de direção em seus órgãos. A escolha dos professores universitários foi efetuada com base em duas listas preparadas pelas pró-reitorias de pesquisa e extensão da UFLA, sendo selecionados nomes que figuravam, simultaneamente, nas duas listas.

A inclusão neste estudo dos profissionais de ciências agrárias decorreu do papel estratégico que as suas instituições podem desempenhar no processo de desenvolvimento regional. A seleção de professores que se destacavam concomitantemente na pesquisa e nas atividades de extensão universitária decorreu da suposição de que docentes com esse perfil mantinham contatos mais diretos com a realidade rural do Sul de Minas. Portanto, estavam mais habilitados a fornecer informações que a pesquisa demandava. Os critérios apresentados para a indicação dos extensionistas e pesquisadores (“cinco anos de experiência de trabalho na região” e “ocupação de postos de direção”) associam-se à necessidade dessas pessoas possuírem um bom conhecimento sobre o Sul de Minas e de estarem familiarizadas com as políticas que orientam as atividades de suas organizações. O número de três indicações visou a uma possível pluralidade de percepção dentro das instituições que, provavelmente, não seria obtida com a indicação de um único profissional.

A utilização do método de amostragem não-probabilística por julgamento permitiu identificar os 21 entrevistados que representavam lideranças de produtores e profissionais de ciências agrárias (Quadro 1).

QUADRO 1 – Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria.

Categorias de atores sociais	Número de entrevistados	
	Nº	%
Lideranças de produtores	10	47,60
Profissionais de ciências agrárias	11	52,40
Extensionistas da EMATER - MG	3	(14,30)
Pesquisadores da EPAMIG	3	(14,30)
Professores da UFLA	5	(23,80)
TOTAL	21	100,00

O processo de amostragem por julgamento é um procedimento comum nas ciências sociais quando se pretende trabalhar com categorias de pessoas que apresentam certas características previamente estabelecidas e consideradas relevantes para o estudo. Contudo, ele apresenta problemas que lhe são intrínsecos. Ao solicitar que pessoas indiquem líderes, por exemplo, elas o farão a partir de sua experiência, das atividades participantes em que estão envolvidas, ou seja, tomarão pontos de referência para essa indicação. Assim, os líderes que não se situam em tais pontos de referência não serão indicados. Nesta pesquisa, a indicação do que se denominou “lideranças de produtores” foi efetuada com base em listas elaboradas pela FAEMG, COCCAMIG, EMATER-MG e EPAMIG. Por conseguinte, é perfeitamente admissível que os indivíduos indicados estejam diretamente incluídos nas atividades participantes dessas organizações. Por exemplo, que sejam produtores maiores e envolvidos com atividades empresariais mais capitalizadas, pertencendo ao que hoje se denomina de “agricultura patronal”. Isso de fato ocorreu, pois cem por cento eram produtores multimodulares, ocupavam ou já haviam ocupado a direção de sindicatos ou cooperativas regionais, bem como eram ou foram membros da FAEMG ou de outras instituições de abrangência estadual. Nessa situação, as lideranças de produtores familiares não estão representadas na amostra estudada.

Tais comentários são relevantes por ressaltar que as análises efetuadas neste estudo fundamentam-se em segmentos específicos de atores sociais ligados

às atividades agropecuárias sulmineiras e, portanto, não refletem a totalidade dos atores envolvidos. O projeto inicial previa uma segunda etapa de coleta de dados em que o foco da análise estaria centrado na agricultura familiar e nas organizações que a apoiam. No entanto, a falta de recursos impediu a continuidade desse projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é constituído por cinco seções. Na primeira seção, são apresentados os objetos situacionais identificados como fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas. Na segunda seção, discute-se cada um dos fatores favoráveis, seu potencial de desenvolvimento e deficiências no seu aproveitamento. Os fatores limitantes e o potencial restritivo que apresentam para o desenvolvimento da agropecuária sulmineira são analisados na terceira seção. Na quarta e quinta seções, são discutidos o potencial de desenvolvimento e o potencial restritivo que a agroindustrialização e a globalização poderiam, na visão dos entrevistados, ter para a agropecuária regional. A região sul do estado de Minas Gerais, os profissionais de ciências agrárias e lideranças de produtores rurais são identificados neste capítulo pelas siglas RSMG, PCA e LPR, respectivamente.

3.1 Objetos situacionais identificados como fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas

Os objetos situacionais aos quais os entrevistados atribuíram significados de fatores favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária sulmineira foram classificados, segundo a sua natureza, como “culturais”, “sociais”, “edafoclimáticos”, “infra-estruturais e de localização” (Quadro 2). Na categoria de objetos culturais, foram incluídos os fatores que reportam aos valores e tradições dos habitantes da região estudada. Como objetos sociais, foram classificados os demais atores cujas reações e atitudes eram percebidas como positivas para o desenvolvimento regional. Incluem-se na categoria de fatores edafoclimáticos os objetos de natureza física que descreviam a potencialidade da agropecuária regional e na categoria de infra-estruturais e de localização

os

QUADRO 2 – Fatores favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

Atores sociais	Fatores favoráveis			
	Culturais	Sociais	Edafoclimáticos	Infra-estruturais e de localização
Profissionais de ciências agrárias (N = 11)	1. Vocação/tradição (n = 4) (n/N = 36,4%)	1. Mão-de-obra (n = 6) (n/N = 54,5%)	1. Clima (n = 11) (n/N = 100%) 2. Solo (n = 6) (n/N = 54,5%) 3. Topografia (n = 3) (n/N = 27,3%)	1. Localização (n = 7) (n/N = 63,6%) 2. Estrutura viária (n = 6) (n/N = 54,5%) 3. Rede de cooperativas (n = 5) (n/N = 45,4%) 4. Instituições de ensino (n = 5) (n/N = 45,4%) 5. Estrutura de pesquisa (n = 4) (n/N = 36,4%) 6. Estrutura de assistência técnica (n = 4) (n/N = 36,4%) 7. Sistema de armazenagem (n = 1) (n/N = 9,1%) 8. Presença de agroindústrias (n = 1) (n/N = 9,1%) 9. Estrutura fundiária (n = 1) (n/N = 9,1%) 10. Sistema de comunicação (n = 1) (n/N = 9,1%) 11. Potencial turístico (n = 1) (n/N = 9,1%)
Lideranças de produtores rurais (N = 10)	1. Vocação/tradição (n = 5) (n/N = 50,0%)	1. Mão-de-obra (n = 3) (n/N = 30,0%) 2. Liderança política (n = 2) (n/N = 20,0%)	1. Clima (n = 6) (n/N = 60,0%) 2. Solo (n = 2) (n/N = 20,0%) 3. Topografia (n = 1) (n/N = 10,0%) 4. Potencial hídrico (n = 1) (n/N = 10,0%)	1. Localização (n = 7) (n/N = 70,0%) 2. Estrutura viária (n = 5) (n/N = 50,0%) 3. Rede de cooperativas (n = 3) (n/N = 30,0%) 4. Instituições de ensino (n = 2) (n/N = 20,0%) 5. Sistema de comunicação (n = 2) (n/N = 20,0%) 6. Potencial turístico (n = 2) (n/N = 20,0%) 7. Estrutura de assistência técnica (n = 1) (n/N = 10,0%) 8. Estrutura fundiária (n = 1) (n/N = 10,0%) 9. Estrutura de pesquisa (n = 1) (n/N = 10,0%) 10. Presença de agroindústrias (n = 1) (n/N = 10,0%)

N = número de entrevistados.

n = número de vezes em que o fator foi apontado.

objetos que indicam a existência de organizações de apoio à agropecuária ¹, estruturas de transporte, comunicação, transformação industrial, comercialização, bem como a distância de centros consumidores.

Os objetos situacionais identificados como fatores limitantes foram também classificados como culturais, sociais, edafoclimáticos e infra-estruturais. Todavia, estabeleceram-se novas categorias que procuravam retratar o nível em que tais fatores se encontravam: se no nível do produtor, se na região ou fora da região (Quadro 3). Embora o conhecimento possa, pela definição apresentada no referencial teórico, ser incluído como uma dimensão do componente não-material da cultura, ele recebe destaque no Quadro 3 por significar, no contexto dos depoimentos, uma habilidade individual que os produtores podem ou não dominar, o que impediria classificá-lo como um traço cultural. É por esta razão que foi elaborada a categoria “culturais/conhecimento” de fatores limitantes localizados no nível do produtor. Por serem identificados como características da região, os fatores de natureza social, infra-estrutural e edafoclimática foram classificados como fatores limitantes localizados na região. Os fatores incluídos na categoria “fora da região” representam, de modo geral, resultados de ações de natureza político-econômicas desenvolvidas nas estruturas do Estado ou no nível da comunidade internacional (Quadro 3).

A seguir, serão discutidas as razões pelas quais os entrevistados atribuíram a alguns objetos de orientação o significado de favoráveis e a outros o de limitantes, bem como a articulação que estabeleceram entre tais fatores e outros objetos de orientação para que esses significados fossem atribuídos.

¹ As organizações de apoio são também objetos sociais. Todavia, foram incluídas na categoria de infra-estruturais por representarem fatores básicos para o desenvolvimento regional.

QUADRO 3 – Fatores limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

Atores sociais	Fatores limitantes					
	Nível do produtor		No nível regional			Fora da região
	Culturais/conhecimento	Outros fatores	Sociais	Edafoclimáticos	Infra-estruturais	
Profissionais de ciências agrárias (N = 11)	1. Tradição (n=4) (n/N = 36,4%) 2. Descrédito e não propensão ao risco (n = 1) (n/N = 9,1%) 3. Tradicionalismo e falta de recursos (n = 1) n/N = 9,1%) 4. Não acesso à tecnologia e segurança para planejar (n = 1) (n/N = 9,1%) 5. Desconhecimento sobre mercado (n=1) (n/N = 9,1%)	1. Fatores genéticos (n = 1) (n/N = 9,1%)	1. Pouca valorização dos produtos pelos consumidores da própria região (n = 1) (n/N = 9,1%) 2. Pouca mobilização dos produtores (n = 1) (n/N = 9,1%)	1. Topografia acidentada (n = 1) (n/N = 9,1%) 2. Monocultura (n = 1) (n/N = 9,1%)	1. Estrutura de assistência técnica deficiente (n = 2) (n/N = 18,2) 2. Rede de cooperativas e associações deficiente (n = 1) (n/N = 9,1%)	1. Ausência de política agrícola que beneficie o produtor (políticas econômicas desestimuladoras - baixa remuneração do produto agropecuário) (n = 10) (n/N = 90,1%) 2. Falta de recursos para projetos de desenvolvimento (n = 1) (n/N = 9,1%)
Lideranças de produtores rurais (N = 10)	1. Tradição (n = 1) (n/N = 10,0%)		1. Pouca mobilização dos produtores (n = 4) (n/N = 40,0%) 2. Lideranças políticas não atuantes (n = 1) (n/N = 10,0%)	1. Topografia (n = 7) (n/N = 70,0%)	1. Sistema de comercialização deficiente (n = 2) (n/N = 20,0%) 2. Má conservação das estradas (n = 1) (n/N = 10,0%)	1. Ausência de política agrícola que beneficie o produtor (políticas econômicas desestimuladoras - baixa remuneração do produto agropecuário) (n = 4) (n/N = 40,0%) 2. Falta de recursos para projetos de desenvolvimento (n = 3) (n/N = 30,0%) 3. Custos de produção elevados (n = 1) (n/N = 10,0%) 4. Encargos sociais (legislação trabalhista/tributação) elevados (n = 1) (n/N = 10,0%) 5. Globalização (n = 1) (n/N = 10,0%)

N = número de entrevistados.

n = número de vezes em que o fator foi apontado.

3.2 Fatores favoráveis

A apresentação e a discussão dos fatores identificados pelos entrevistados como favoráveis obedecerão à seguinte ordem: a) localização e infra-estrutura; b) culturais; c) sociais; d) edafoclimáticos.

3.2.1 Localização e infra-estrutura

O maior número de fatores favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária no Sul de Minas indicado pelos profissionais de ciências agrárias (PCA) e lideranças de produtores rurais (LPR) encontra-se na categoria objetos de orientação denominada “infra-estrutura e localização” (Quadro 2). Com exceção do sistema de armazenagem, apontado por um profissional de ciências agrárias, os fatores favoráveis referenciados pelas duas categorias de atores sociais são os mesmos: localização da região, estrutura viária, rede de cooperativas, existência de instituições de ensino, estrutura de pesquisa, estrutura de assistência técnica, presença de agroindústrias, sistema de comunicação e potencial turístico. Todavia, tais fatores se diferenciam quanto a frequência em que foram indicados: localização, estrutura viária, rede de cooperativas foram os fatores apontados com maior frequência pelos PCA e LPR. Também receberam destaque entre os PCA as instituições de ensino, estrutura de pesquisa e assistência técnica existentes no sul de Minas Gerais (Quadro 2).

O significado de fator favorável atribuído à “localização e estrutura viária” está vinculado à facilidade para escoamento da produção, proximidade das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, proximidade dos portos. Para os atores entrevistados, tais fatores podem representar redução de custos de transporte e maior competitividade da região

sulmineira comparativamente a outras regiões de Minas Gerais e de outros estados. A duplicação da rodovia Fernão Dias (BR 381), além de facilitar o intercâmbio comercial, é também percebida como um fator de atração de mais indústrias, aumentando a demanda por produtos agropecuários, sejam estes na forma de alimentos ou matérias-primas. Todavia, percebem que o potencial de desenvolvimento da localização é limitado pelo desconhecimento de sua importância por parte dos produtores e autoridades regionais. A má conservação das estradas vicinais e regionais diminui o efeito que a malha viária poderia ter como dinamizadora da RSMG ao reduzir custos e aumentar a rapidez e segurança do transporte. A ausência de selos que atestam a procedência e a qualidade dos produtos sulmineiros é também vista como um fator que dificulta a sua entrada nos mercados dos grandes centros.

A rede de cooperativas agropecuárias e associações de produtores, consideradas por alguns entrevistados como a maior de Minas Gerais, é interpretada como um fator capaz de assegurar a industrialização e comercialização da produção, proporcionar assistência técnica especializada, servir como fonte alternativa de crédito ao sistema bancário comercial, qualificar trabalhadores e produtores, proporcionando treinamento, cursos e palestras. As LPR atribuem a essas organizações o papel de formar líderes políticos, observando que muitos vereadores, prefeitos e deputados iniciaram sua militância nas cooperativas e em outras organizações de produtores.

As características que atribuem às cooperativas e às demais associações o significado de fator positivo são, na visão dos dois grupos de entrevistados, atenuadas por problemas de gestão, escassez de recursos financeiros, apoio governamental, desinteresse ou ausência de espírito cooperativo dos associados, falta de liderança das diretorias, bem como problemas inerentes à capacidade de promover ações coletivas em decorrência do número muito grande de produtores e da existência de interesses diferenciados entre eles. Os PCA adicionaram a

esse rol de atenuantes a proporção ainda reduzida de produtores filiados a essas organizações, o fato de as cooperativas não agregarem valor ao produto agrícola pela industrialização, de reverterem aos produtores muito pouco do que auferem com a comercialização e de possuírem um número inadequado de técnicos para proporcionar uma assistência eficiente.

As organizações de ensino, pesquisa e assistência técnica presentes na RSMG foram identificadas como fatores favoráveis em decorrência do potencial que possuem para formar técnicos em diferentes níveis, atendendo às demandas dos setores agropecuário, industrial e de serviço. Podem ainda gerar e difundir novas tecnologias e prestar diferentes formas de apoio, tais como consultorias, cursos e palestras. LPR atribuem à extensão rural o papel de estimular o associativismo e uma das lideranças entrevistadas considerou que ela vem cumprindo este papel satisfatoriamente. Os produtores associam as atividades desenvolvidas pelas organizações de ensino pesquisa e extensão com o aumento da produtividade, a diversificação da produção, aproveitando as características edafoclimáticas e de localização da RSMG, o que consideram fundamental para elevar capacidade competitiva e viabilizar a exploração agropecuária desenvolvida pelos pequenos e médios agricultores.

O significado de fator favorável que os entrevistados atribuíam às organizações de ensino, pesquisa e extensão estava sujeita à interferência de outros objetos situacionais que limitavam a potencialidade dessas organizações como instrumentos de desenvolvimento regional. As deficiências apontadas pelos profissionais de ciências agrárias e lideranças de produtores não foram muito diferentes. Avaliavam como deficiente o contato que as instituições de ensino e pesquisa mantinham com os produtores e as suas organizações e consideravam que esta deficiência tinha como resultado o desenvolvimento de pesquisas distantes da realidade rural e basicamente concentradas em café e leite. Por conseguinte, contribuíam menos do que poderiam para a

diversificação da produção agropecuária e o aproveitamento das potencialidades edafoclimáticas e de localização da RSMG. Alguns PCA e LPR também observaram que os trabalhos produzidos pela universidade e pela pesquisa eram pouco divulgados, o que restringia o acesso da grande maioria dos produtores às inovações tecnológicas geradas por essas instituições. A falta de recursos para pesquisa foi outro fator apontado tanto pelos PCA quanto pelas LPR como inibidores do papel dinamizador que atribuíram à pesquisa e à universidade. A escassez de verbas para pesquisa, na visão dos entrevistados, era um dos resultados das políticas de corte de gastos públicos dos governos estadual e federal.

Outros fatores que diminuem o potencial dinamizador das organizações de ensino, pesquisa e extensão foram apontados especificamente por uma das duas categorias de atores entrevistados. Os profissionais de ciências agrárias consideraram que as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão possuíam um quadro de pessoal que, embora qualificado, era pequeno, impossibilitando a ampliação das suas atividades. Mesmo assim, um desses entrevistados declarou que a universidade deveria ter um programa de extensão mais agressivo; outros consideravam ser muito difícil para o docente conciliar as suas atividades de ensino, orientação acadêmica, pesquisa e administração com uma participação mais efetiva nas atividades de extensão, em decorrência do volume de trabalho e do pequeno número de professores.

Todavia, para algumas lideranças de produtores, as instituições de ensino, pesquisa e extensão são deficientes no desempenho dos seus papéis porque “a ineficiência é uma característica inerente ao serviço público”. Outra liderança observou que a distância que a universidade mantém dos produtores prejudica a formação dos novos profissionais em ciências agrárias, uma vez que eles se formam sem conhecer quase nada da realidade rural e sem nenhuma experiência prática. Disse que vivenciou esse problema ao acompanhar a vida

acadêmica de um filho recém-formado. Outro líder entrevistado também apontou que a parceria entre a universidade e empresas privadas que detêm tecnologia de ponta deveria ser maior. Segundo esse líder, a universidade ganharia muito com essa integração, pois os alunos teriam oportunidade de estagiar e os professores teriam acesso a equipamentos e processos modernos de gestão empresarial. Ao levantar as características positivas dessa parceria, o entrevistado não restringia a sua observação somente às instituições de ensino de ciências agrárias, mas às demais organizações educacionais presentes na RSMG.

Sistema de comunicação e potencial turístico foram considerados fatores favoráveis por um profissional de ciências agrárias e por duas lideranças de produtores rurais (Quadro 2). O sistema de comunicação é formado por jornais locais e regionais, provedoras de internet, emissoras de rádio e televisão. Ele é visto como um importante meio de divulgação de informações relacionadas com o mercado, atividade agropecuárias e difusão de novas tecnologias, contribuindo para agilizar o processo de tomada de decisões. Além disso, promove a integração regional e a conscientização do produtor, isto é, “colocando-o a par do que acontece no mundo”. Não foi apontada nenhuma condição que limitasse o potencial de desenvolvimento desse fator.

O potencial turístico do Sul de Minas é representado pelo Circuito das Águas², lagos formados por hidrelétricas, montanhas e cachoeiras. Este conjunto favorece o desenvolvimento de diferentes formas de lazer e esporte para as populações dos grandes centros urbanos das regiões vizinhas e é percebido como uma alternativa de emprego e renda para a população local. Todavia, tanto os PCA como LPR concordam que esse potencial ainda é pouco explorado, principalmente no que se refere ao turismo rural e ecológico. Consideram que,

² O Circuito das Águas é formado pelos municípios de Aiuruoca, Cambuquira, Lambari, Caxambu e São Lourenço. Embora não pertença ao Circuito, localiza-se também no Sul de Minas a famosa instância hidromineral de Poços de Caldas.

em muitos municípios, as condições de hospedagem e as estradas de acesso aos pontos turísticos são ainda precárias para receber um grande número de visitantes. Há também a necessidade de maior divulgação dos recursos naturais e o envolvimento da população local e das autoridades para planejarem o seu aproveitamento.

A presença de agroindústria, apontada como fator favorável por um PCA e por uma LPR (Quadro 2), significa a garantia de mercado e redução dos custos com transporte, além de agregar valor à produção agropecuária regional. No entanto, a falta de crédito, assistência técnica, pouca diversificação da produção e descapitalização do produtor foram apontados como fatores que inibem a ampliação do parque agroindustrial sulmineiro. A escassez de crédito, a descapitalização e a falta de assistência técnica têm conduzido à estagnação da produção regional e à baixa qualidade dos seus produtos. A não diversificação da produção faz com que a RSMG fique na dependência de poucos produtos, principalmente café e leite, deixando de atrair indústrias que processam outros tipos de matéria-prima. O líder de produtores acrescenta que o maior contingente da agroindústria regional é formado por laticínios de pequeno porte que estão sendo fechados por não conseguirem competir com as grandes indústrias. O resultado é o processamento de parte da produção de leite em outras regiões de Minas ou do estado de São Paulo.

A estrutura fundiária do Sul de Minas, caracterizada pela predominância de médias e pequenas propriedades³, foi também apontada como um fator favorável por um PCA e por uma LPR (Quadro 2). Atribuem a essa característica da estrutura fundiária o fato da reforma agrária não ser uma preocupação central na região e de não existir um movimento organizado dos

³Observou-se na introdução deste trabalho que 91,30% dos estabelecimentos rurais do Sul de Minas possuíam, em 1995, área inferior a 100 ha (43,30% com área inferior a 10 ha e 48,00% entre 10 a menos de 100 ha).

trabalhadores sem terra. Além disso, as unidades de produção familiar são vistas como um “reservatório” de trabalhadores para os momentos de maior demanda de mão-de-obra nas unidades mais capitalizadas e para desenvolvimento de atividades agrícolas complementares à produção principal por meio da parceria. O PCA considerou que esse fator é relevante, uma vez que a atual política trabalhista “inviabiliza” o emprego de forma permanente de grandes contingentes de trabalhadores em decorrência dos encargos sociais. A discussão sobre o fato de identificarem a mão-de-obra como fator favorável revelará que os entrevistados também percebem a existência de condições que podem, no futuro, atenuar a função de disponibilizadora de força-de-trabalho que atribuem a estrutura fundiária. Nesse caso, destacam a precária situação da produção familiar, os baixos salários e a industrialização regional como fatores que levam os jovens a abandonarem o campo.

O sistema de armazenagem, embora restrito ao café, foi apontado por um PCA (Quadro 2) como fator favorável por permitir a preservação do produto, maior alternativa de comercialização e, conseqüentemente, melhores preços.

3.2.2 Culturais

Os fatores favoráveis classificados como objetos culturais se referem à longa experiência sulmineira com o desenvolvimento de atividades agropecuárias, o que é denominado pelos entrevistados “tradição” ou “vocação” regional. Este fator foi apontado tanto pelos PCA quanto pelas LPR (Quadro 2), os quais enfatizam em seus depoimentos o fato da região ser a maior bacia leiteira⁴ e a maior produtora de café do estado, possuir uma mão-de-obra

⁴ Embora os dados do Censo Agropecuário 1995-1996 indiquem que a RSMG é a segunda região produtora, os entrevistados sempre a nomearam como a principal bacia leiteira do estado.

treinada para essas atividades e um bom relacionamento entre patrões e empregados. Todavia, consideram que o potencial positivo da tradição/vocação vem sendo atenuado pela crise da agropecuária que, segundo suas opiniões, está inviabilizando a permanência no campo dos filhos dos agricultores. Ao empregarem a palavra agricultor, de modo geral, estão se referindo à produção familiar. Assim, a preocupação que manifestam está associada à diminuição da oferta de trabalhadores. Os argumentos que apresentam para justificar a identificação da tradição/vocação como um dos fatores favoráveis ao desenvolvimento regional compõem a mesma linha de raciocínio que inclui a estrutura fundiária no conjunto desses fatores. Argumentação semelhante também está presente nas declarações dos entrevistados que apontaram a mão-de-obra como um fator favorável. Todavia, a tradição/vocação assume outra conotação no discurso dos entrevistados, uma vez que admitem que ela pode se transformar em um fator de resistência à adoção de inovações, o que será discutido na exposição dos fatores limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais.

3.2.3 Sociais

Foram classificados como fatores sociais favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária RSMG a existência de uma força-de-trabalho treinada e abundante, se comparada com outras regiões do estado, bem como a existência de uma liderança política que ocupa postos no Congresso Nacional, Assembléia Legislativa Estadual, câmara de vereadores, prefeituras e órgãos de representação dos agropecuaristas. A liderança política, como um meio de representação e defesa dos interesses dos produtores, foi indicada por duas LPR (Quadro 2). Todavia, ponderam que o número de produtores que ocupam cargos no legislativo e executivo ainda é proporcionalmente pequeno se comparado ao

total de produtores da região e à renda gerada pelas atividades agropecuárias. Para esses entrevistados, a grande maioria dos municípios do Sul de Minas tem a agropecuária como a principal fonte de emprego, geração de renda e impostos, mas que os produtores não têm consciência de sua importância e, portanto, não se mobilizam para ampliar a sua representatividade.

A mão-de-obra como fator favorável foi apontada por seis PCA e por três LPR (Quadro 2). Para esses entrevistados, os trabalhadores rurais conhecem as técnicas de produção de leite e café (os dois principais produtos da região) e por serem, de modo geral, originadas de pequenas propriedades, dominam também a produção de produtos secundários e/ou complementares às atividades principais, como é o caso da produção de milho para a atividade leiteira. Consideram, todavia, que o avanço da industrialização na região, as precárias condições econômicas dos pequenos agricultores, o que dificulta a permanência dos seus filhos no campo, os encargos sociais e a impossibilidade dos maiores proprietários pagarem melhores salários em decorrência dos baixos preços agrícolas, motivados pela atual política econômica, estão alterando esse cenário.

É a partir desta visão que algumas LPR valorizam o trabalho da EMATER-MG, destacando a ação que essa empresa pública desenvolve junto às famílias dos pequenos produtores, criando alternativas de renda que permitam a sua permanência no campo. Entre as atividades desenvolvidas pela EMATER-MG, as lideranças apontaram: a) treinamento da mão-de-obra familiar em atividades não agrícolas, como cursos de corte de costura e artesanato; b) melhor aproveitamento de recursos disponíveis na propriedade, promovendo cursos sobre produção de doces de frutas em calda, queijo e de outros derivados de leite; c) diversificação da produção com a introdução do cultivo de frutas de clima temperado e da expansão da horticultura; d) trabalho com comunidades rurais incentivando o associativismo e a busca de meios alternativos de comercialização e obtenção de melhores preços para os seus produtos.

Observa-se que, no discurso dos entrevistados, a disponibilidade de trabalhadores rurais está associada à estrutura fundiária, tradição/vocação agrícola da RSMG e que essa disponibilidade é ameaçada pelo processo de industrialização, pelas dificuldades econômicas da produção familiar, pelos baixos salários decorrentes dos baixos preços dos produtos agrícolas motivados, pelas políticas econômicas. Como fator limitante do emprego da mão-de-obra regional disponível, também apontam o alto custo dos encargos sociais que consideram incompatíveis com o atual nível de renda dos produtores. É importante mencionar que a mão-de-obra de origem rural já não é mais suficiente para atender à demanda de trabalhadores para as atividades relacionadas com a colheita de café e que as grandes propriedades cafezeiras contratam trabalhadores nas cidades⁵.

3.2.4 Edafoclimáticos

Os fatores favoráveis, classificados quanto à sua natureza edafoclimática, incluem clima, solo, topografia, potencial hídrico e foram mencionados com maior frequência pelos PCA (Quadro 2). Na perspectiva dos entrevistados, tais fatores estão associados à redução de risco, à possibilidade de diversificação da produção agropecuária regional com a expansão do cultivo de frutas de clima temperado e da olericultura, à produção de cafés finos, ao aumento da produtividade de leite com a introdução de animais de linhagem européia, à possibilidade de mecanização em várias áreas, comparativamente a outras regiões mineiras, bem como ao favorecimento da irrigação, lazer, práticas de diferentes modalidades esportivas e turísticas. Todavia, reconhecem que

⁵ Segundo o diagnóstico da cafeicultura de Minas Gerais (FAEMG/SEBRAE-MG, 1996, p.41), 41,7% da mão-de-obra empregada nas atividades cafezeiras eram contratadas nas cidades da mesorregião sul/sudoeste de Minas e 9,1% em cidades de outras regiões.

existem deficiências no aproveitamento desses fatores em decorrência de: a) falta de orientação técnica adequada às necessidades regionais, principalmente quanto às práticas de conservação do solo nas áreas mais acidentadas; b) desconhecimento pelos produtores do potencial florestal, sobretudo no aproveitamento de áreas não apropriadas às práticas agrícolas e pastoris; c) o não uso de práticas de conservação de solo, principalmente nas áreas de relevo mais acentuado; d) pouca integração entre produtores e as instituições de ensino e pesquisa. A topografia foi também identificada por um PCA e por sete LPR como um fator limitante ao desenvolvimento agrícola regional (Quadro 3), o que será discutido na próxima seção.

3.2.5 Considerações gerais sobre os fatores favoráveis

Resumindo a discussão efetuada nesta seção, os profissionais de ciências agrárias e as lideranças de produtores rurais entrevistados identificaram no Sul de Minas um conjunto de objetos de orientação como meios que podem favorecer o desenvolvimento agropecuário dessa região, comparativamente a outras regiões mineiras. Esses objetos foram agrupados em categorias analíticas denominadas fatores “culturais”, “sociais”, “edafoclimáticos”, “infra-estruturais e de localização”. No entanto, também identificaram objetos de orientação que atuavam como condições e limitavam o potencial de desenvolvimento desses meios. As Figuras 6, 7 e 8 apresentam esquemas que sumarizam o processo de orientação dos entrevistados, identificando os fatores favoráveis, seu potencial de desenvolvimento e os fatores que restringem esse potencial. Na próxima seção, serão discutidos os fatores identificados como limitantes e o seu potencial restritivo ao desenvolvimento da agropecuária regional.

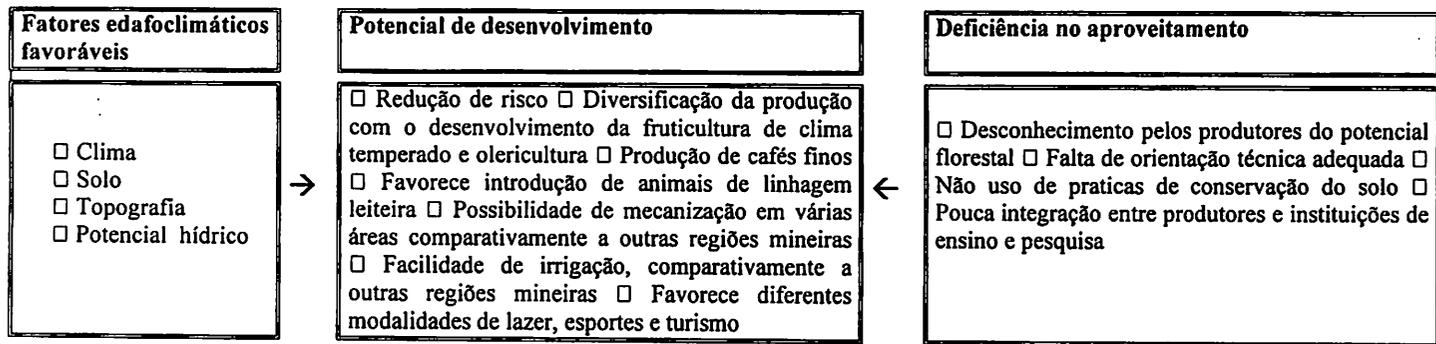


FIGURA 6 - Fatores edafoclimáticos favoráveis, potencial de desenvolvimento e deficiência no aproveitamento, segundo avaliação dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

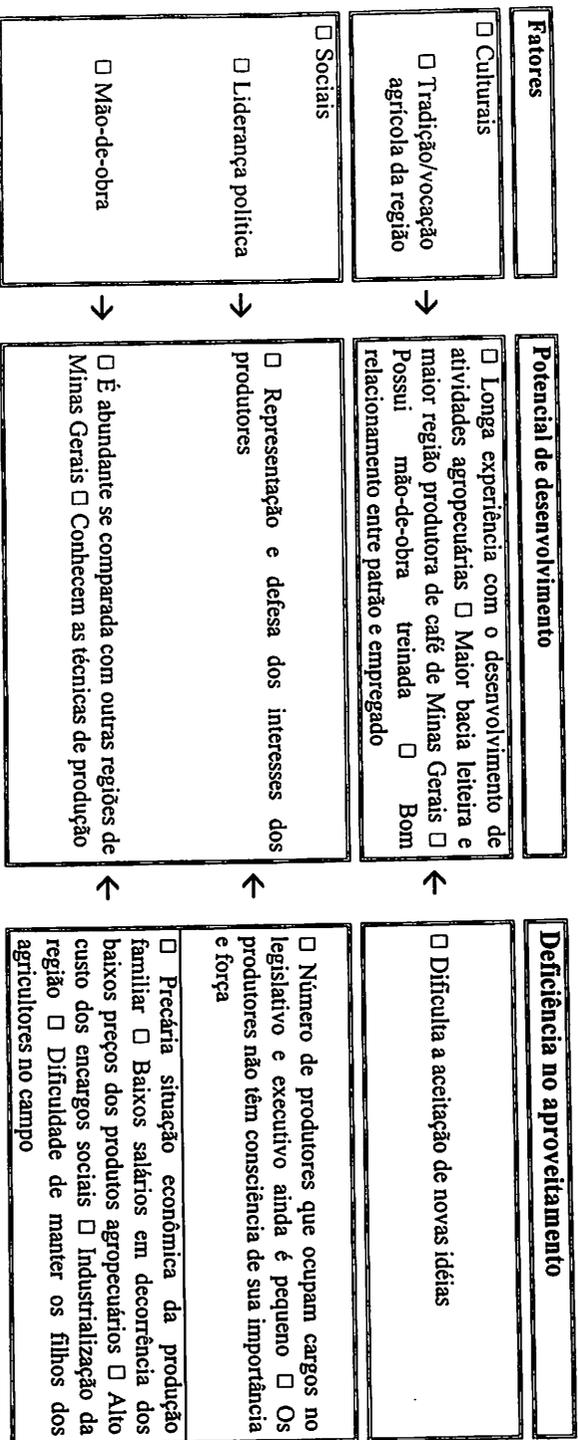


FIGURA 7 - Fatores culturais e sociais favoráveis, potencial de desenvolvimento e deficiência no aproveitamento, segundo avaliação dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

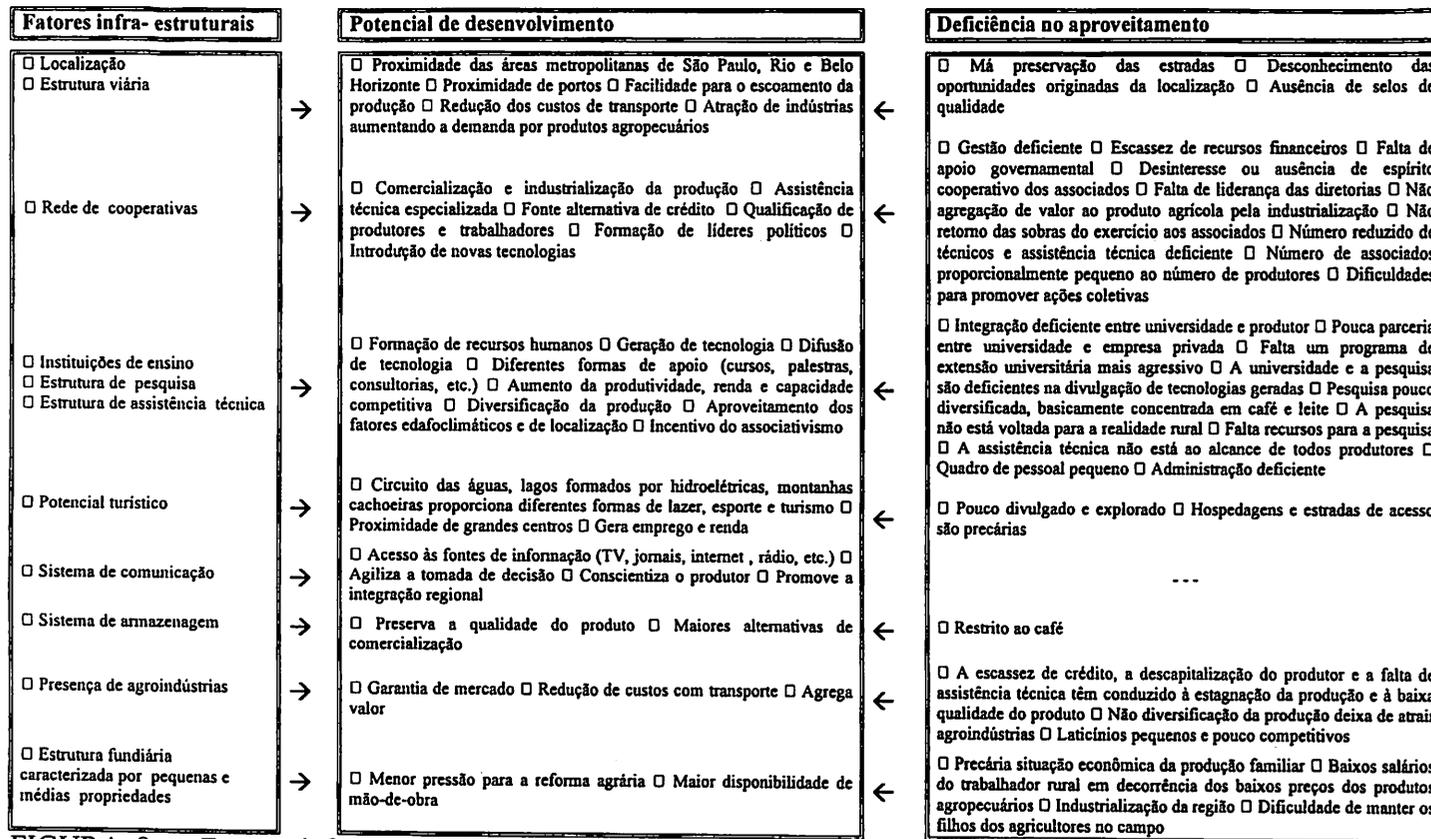


FIGURA 8 - Fatores infra-estruturais e de localização favoráveis, potencial de desenvolvimento e deficiência no aproveitamento, segundo avaliação dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

3.3 Fatores limitantes

Os objetos situacionais percebidos pelos PCA e pelas LPR como fatores limitantes foram também classificados como culturais, sociais, edafoclimáticos e infra-estruturais. Tais fatores, por sua vez, foram agrupados em categorias que procuram retratar o nível em que se encontravam, se no nível do produtor, se na região ou fora da região (Quadro 3), como foi observado na seção 3.1.

Alguns esclarecimentos sobre as informações contidas nos Quadros 2 e 3 tornam-se relevantes antes de se iniciar a discussão dos fatores que, na perspectiva dos entrevistados, limitam o desenvolvimento da agropecuária da RSMG. Comparando os dois quadros, identifica-se que fatores como “tradição/vocação”, “liderança política”, “topografia”, “assistência técnica” e “rede de cooperativas”, que haviam sido identificados como favoráveis (Quadro 2), agora aparecem como limitantes (Quadro 3).

Deve-se considerar, para explicar essa aparente contradição, a noção de significado presente no referencial teórico deste estudo. Ela admite a possibilidade dos objetos de orientação serem percebidos de forma diferenciada por atores específicos em decorrência do modo como fazem a leitura do ambiente em que atuam, isto é, do modo como relacionam um objeto particular com outros objetos de orientação. Deve-se também observar que a identificação de alguns desses fatores foram feitas em comparação ao modo como se apresentam em outras regiões ou receberam maior ênfase em uma das categorias de entrevistados, o que ocorreu, por exemplo, com a topografia identificada como favoráveis por três PCA e uma LPR (Quadro 2) e como limitante por um PCA e sete LPR (Quadro 3). Em outros casos, fatores como “assistência técnica”, “tradição vocação”, “liderança política” e “rede de cooperativas” foram identificados como favoráveis. Contudo, essa identificação foi acompanhada da apresentação de condições que atenuavam o seu potencial de desenvolvimento

ou conduziam à deficiência no seu aproveitamento (Figuras 6, 7 e 8). A argumentação que os entrevistados apresentaram para incluir tais fatores como limitantes ajudam também a esclarecer o que, no primeiro momento, pode representar uma contradição.

3.3.1 Fatores limitantes localizados fora da região

Os fatores limitantes, citados com maior frequência pelos profissionais de ciências agrárias e pelas lideranças de produtores rurais, estão incluídos na categoria “fora da região” por se situarem na área de ação do Estado e assumem as seguintes configurações: a) ausência de políticas agrícolas que beneficiem o produtor, indicada por dez PCA e por quatro LPR; b) falta de recursos para financiar projetos de desenvolvimento, apontada por um PCA e por três LPR; c) tributação e encargos sociais elevados, indicado por uma LPR; d) globalização econômica, apontada por uma LPR (Quadro 3).

Ao se referirem à **ausência de políticas agrícolas que beneficiem o produtor**, os entrevistados incluem o pequeno volume de recursos destinados ao crédito rural, às elevadas taxas de juros, à importação de leite e à relação desfavorável entre preços pagos e recebidos. De modo geral, este fator limitante reflete o esgotamento da política de modernização da agricultura das décadas de 1960 e 1970 assentada no crédito abundante e subsidiado e sua substituição por políticas antiinflacionárias, com elevação das taxas de juros que marcaram as décadas de 1980 e 1990. A importação de leite refere-se à entrada de produtos lácteos argentinos e europeus no mercado brasileiro. O propósito dessa importação era visto por LPR e PCA como um meio para manter o baixo preço do produto nacional. Por essa razão, consideram que, a exemplo dos planos de estabilização econômica das décadas de 1980, o Plano Real também “penalizava” os produtores. Além disso, para algumas lideranças, era impossível

para o produtor brasileiro concorrer com os produtores da Argentina, onde as condições edafoclimáticas são mais favoráveis do que as brasileiras e com a Europa, onde a produção leiteira é altamente subsidiada. Citam que, na época em que as entrevistas foram realizadas, o produtor brasileiro recebia, em média, R\$ 0,32 por litro de leite e custo de produção era de R\$ 0,36, o que demonstra uma defasagem entre preços pagos e recebidos. Todavia, alegam que esse não é um problema específico do Sul de Minas, mas da agropecuária nacional como um todo. O potencial restritivo do que consideram como “ausência de uma política econômica que beneficie o produtor” foi expresso pela insegurança para planejar, descapitalização, baixo nível tecnológico, desestímulo à diversificação.

A falta de recursos para financiar projetos de desenvolvimento, apontada por um PCA e por três LPR, refere-se: a) à inexistência de uma política de crédito voltada para o fortalecimento das cooperativas, sobretudo para modernização do seu parque industrial, capacidade de armazenamento e comercialização; b) à diversificação da produção agropecuária; c) ao treinamento de mão-de-obra e implantação de equipamentos comunitários.

Com relação ao primeiro fator, uma LPR considera que o Estado transferiu os investimentos no setor de industrialização e comercialização para a iniciativa privada, mas as cooperativas, sobretudo as de leite, enfrentam dificuldades para se modernizarem. Atribui, como causas dessas dificuldades, a falta de recursos próprios e a elevada tributação. Associa ainda a escassez de recursos ao longo período de tabelamento de preço que impôs a essas organizações pequenas margens de “lucro” e limitaram a capacidade de investimento. Embora reconheça que na atualidade não mais exista tabelamento, explica que a importação de produtos lácteos tem contribuído para manter os preços baixos e as pequenas margens de lucro, impedindo a modernização e a capacidade competitiva das cooperativas. Observa que essa situação é agravada com a entrada de grandes empresas internacionais no setor, as quais trazem dos

seus países de origem os recursos necessários para investimento. Para o entrevistado, nesse contexto seria necessário que o governo abrisse linhas especiais de crédito para que as cooperativas, como as demais empresas nacionais, pudessem competir e sobreviver, uma vez que elas foram prejudicadas por sucessivos planos econômicos e suas políticas recessivas.

A ausência de recursos para financiar projetos de desenvolvimento é vista também como um obstáculo à diversificação da produção, treinamento de mão-de-obra e implantação de equipamentos comunitários. Como foi observado, os entrevistados relacionam a diversificação da produção com o aproveitamento dos fatores edafoclimáticos da região e da sua proximidade com grandes centros consumidores. Consideram que um projeto de investimento elaborado pelos governos estadual e/ou federal, aproveitando esses fatores favoráveis, poderia impulsionar a diversificação, aumentando a produção agropecuária, a renda dos produtores, a arrecadação de impostos e gerar mais empregos. A diversificação da produção, juntamente com investimentos públicos em projetos de treinamento de mão-de-obra e implantação de equipamentos comunitários (área de lazer, escolas de segundo grau ou profissionalizantes, postos de saúde e associações) nas áreas rurais, poderiam ser meios para se contrapor ao êxodo rural, uma vez que promoveriam o aumento de renda e o bem-estar dos produtores familiares.

A tributação e os encargos sociais elevados foram citados como fatores limitantes por uma LPR. Ambos estão associados ao aumento do custo de produção que, segundo o entrevistado, já é alto em decorrência “dos altos preços dos insumos e dos baixos retornos que as atividades agropecuárias têm proporcionado”. Observa que tal situação se agrava na época da colheita de café quando os produtores são obrigados a registrar os “apanhadores”, mesmo trabalhando por um período relativamente curto e recebendo por produtividade.

A globalização foi apontada como fator limitante por somente uma LPR. Ela, inclusive, opunha-se aos acordos comerciais firmados no âmbito do

Mercosul, uma vez que, na sua opinião, a agropecuária brasileira não está ainda preparada para competir com a Argentina e Uruguai. No entanto, globalização será objeto de discussão em outra seção deste capítulo.

3.3.2 Fatores limitantes localizados na região

Os fatores limitantes classificados como localizados no nível regional incluem “objetos sociais”, “edafoclimáticos” e “infra-estruturais” (Quadro 3). Os objetos sociais estão associados às expectativas que os entrevistados nutrem sobre o comportamento de outros atores sociais e assumem as seguintes conotações: a) “pouca valorização dos produtos sulmineiros por consumidores da própria região”, apontada por um PCA; b) “pouca mobilização dos produtores”, indicada por quatro LPR e um PCA; c) “liderança política pouco atuante”, mencionada por uma LPR (Quadro 3).

O potencial restritivo da **pouca valorização dos produtos agrícolas regionais**, principalmente os hortifrutícolas, é a redução de mercado. Para o PCA que apontou esse fator limitante, os consumidores da região preferem as frutas e verduras originadas do estado de São Paulo por serem “mais viçosas e atrativas”, o que, na sua opinião, pode não significar qualidade em decorrência do uso muitas vezes incorreto de agrotóxicos. Todavia, observa que os produtores sulmineiros devem melhorar a qualidade de suas frutas e verduras, procurando adequá-los ao gosto dos consumidores para conquistar o mercado regional e de outras regiões, aproveitando os fatores edafoclimáticos e a localização da RSMG.

A **pouca capacidade de mobilização dos produtores e lideranças pouco atuantes** são percebidas como resultados do “tradicionalismo”, do “comodismo”, da “falta de informação” (ou “consciência dos problemas da agropecuária”), bem como de “dificuldades para se organizarem” em

decorrência da heterogeneidade social e de interesses. Tais fatores têm como potencial restritivo a diminuição da representatividade e o enfraquecimento do poder de reivindicação dos agropecuaristas. Para as LPR, esse quadro é preocupante, pois mobilização, organização e aumento da representação política são para eles meios pelos quais podem se contrapor aos fatores limitantes localizados fora da região e associados às ações do Estado, principalmente à ausência de uma política que beneficie os produtores.

Os **fatores infra-estruturais** limitantes localizados na região – estrutura de assistência técnica deficiente, sistema de comercialização deficiente, má conservação das estradas vicinais, rede deficiente de cooperativas e associações (Quadro 3) – foram também apontados como fatores que atenuavam o potencial de desenvolvimento atribuído à localização, estrutura viária e aos fatores edafoclimáticos (Quadro 2). Os entrevistados relacionaram o potencial restritivo desses fatores da seguinte forma : a) “estrutura de assistência técnica deficiente” com “baixo nível tecnológico” e “diminuição da capacidade competitiva”; b) “sistema de comercialização deficiente” com “relações de troca desfavoráveis para o produtor”; c) “rede deficiente de cooperativas e associações” com “baixo nível tecnológico” e “relações de troca desfavoráveis para o produtor”; d) “má conservação de estrada vicinais” com “aumento dos custos de transporte”. Comparando-se os casos em que os fatores infra-estruturais foram indicados como limitantes com outros em que foram apontados como favoráveis ao desenvolvimento regional, observa-se que o “potencial restritivo” desses fatores corresponde à “deficiência no aproveitamento”, o que foi discutida na seção 3.2 e resumida na Figura 8.

Os fatores limitantes classificados na categoria de **edafoclimáticos** foram “topografia” e a “monocultura”. Na realidade, monocultura não constitui um fator edafoclimático, mas uma forma de exploração agropecuária. Contudo, foi incluída nessa categoria por ser percebida como uma limitação ao

aproveitamento das condições favoráveis de clima, solo e recursos hídricos, bem como por ser uma prática que pode causar danos ao meio ambiente pela proliferação de pragas, motivada pela destruição do habitat natural de insetos e de seus predadores ou pela facilidade de propagação de doenças em decorrência de grandes áreas contínuas de exploração. A monocultura, representada pelo café, foi apontada por um PCA (Quadro 3).

A **topografia** como fator limitante foi indicada por sete LPR e por um PCA (Quadro 3). É interpretada como um objeto de orientação que restringe a mecanização em um contexto em que a mão-de-obra começa a escassear e os encargos sociais são avaliados como elevados, tendo em vista os atuais níveis de renda gerados pelas atividades agropecuárias. Foi observado que outros entrevistados apresentaram a topografia como fator favorável mas, neste caso, estavam se referindo a áreas específicas da região, comparando as condições topográficas do Sul de Minas com as de outras regiões mineiras ou avaliando a possibilidade de diversificação da produção com o cultivo de frutas e hortaliças.

3.3.3 Fatores limitantes localizados no nível do produtor

A indicação de fatores **culturais/conhecimento** como limitantes foi mais frequente nas declarações dos profissionais de ciências agrárias do que nas declarações das lideranças de produtores rurais (Quadro 3). Em alguns depoimentos, os entrevistados associam tradição com fatores que expressam comportamentos do tipo “resistência ao risco”, “descrédito à inovação” ou “não aceitação de novas idéias”. Em outros depoimentos, os entrevistados vinculam comportamentos como a “não adoção de inovações”, a falta de conhecimento e a falta de recursos econômicos, fatores que podem aparecer ou não relacionados com a tradição. Em outras situações, a falta de conhecimento representa uma habilidade individual que o produtor não domina, o que impede de classificá-lo

como traço cultural da região. É por esta razão que os fatores localizados no nível do produtor são classificados como culturais/conhecimento.

Se a tradição foi apontada como um fator favorável ao desenvolvimento da RSMG, uma vez que proporciona uma força de trabalho treinada e um bom relacionamento entre padrão e empregado, agora assume o significado de fator limitante. Tradição emerge nas declarações de profissionais de ciências agrárias que empregam esse termo articulada à idéia de conhecimento transmitido de geração para geração. É vista como motivadora da “desconfiança do novo”, inibidor do “espírito empreendedor”, da “adoção de novas técnicas” e da “mobilização/ organização”.

De modo geral, os entrevistados que percebiam a tradição como um fator limitante relacionavam-na com um tipo de produtor que apresentava as seguintes características: a) pequeno proprietário; b) tradicionalista; c) mora no meio rural; d) possui poucos recursos financeiros; e) às vezes tem conhecimento mas não tem capital; f) tem medo de arriscar ⁶. Em linhas gerais, tal descrição possui uma semelhança com o agricultor familiar de subsistência ou camponês que os estudos sobre adoção de inovações, realizados entre 1960 e 1980, denominavam “retardatários” ⁷. Esse tipo de produtor é confrontado com a imagem do que esses entrevistados denominam empresário: a) “médio ou grande produtor”; b) “bem informado”; c) “empreendedor (“aposta na nova tecnologia”); d) “investe mesmo sabendo que existe risco”; d) possui grande

⁶ Em casos mais extremos, foi também acrescentado que se tratavam de produtores “ignorantes, pobres de espírito e arcaicos”.

⁷ Retardatários (*laggards*) são os últimos a adotarem uma inovação tecnológica em um sistema social e apresentam, entre outras, as seguintes características: a) são localistas e muitos vivem no isolamento; b) têm o passado como ponto de referência para a ação (as decisões que tomam são fundamentadas no que foi feito pelos ancestrais); c) interação principalmente com pessoas que partilham dos mesmos valores tradicionais; d) desconfiam do que é novo, dos inovadores e dos agentes de mudança (Rogers e Shoemaker: 1971, p.185).

volume de produção. A imagem que traçam do empresário rural se assemelha a do “inovador” dos estudos sobre adoção de inovações⁸. Talvez seja por essa semelhança que um dos entrevistados citou o empresário industrial que investe no campo como exemplo de quem está aberto a novas tecnologias:

O produtor não acredita na tecnologia, em algo que vai trazer retorno. Todo empresário é um apostador, aposta na tecnologia. Boa parte da agricultura que é desenvolvida no Brasil é graças aos empresários industriais que vão ao campo, mesmo sabendo que o risco é maior.
(PCA)

O uso de conceitos com significados tão próximos à abordagem difusionista sugere que ela ainda exerce grande influência no modo como alguns profissionais de ciências agrárias percebem a realidade rural. Contudo, essa abordagem é muito criticada pela pouca ênfase que dá aos aspectos de natureza estrutural, econômica e política que estão presentes em qualquer atividade produtiva⁹. A persistência das idéias difusionistas intriga mais ainda quando se considera que somente um PCA não citou fatores relacionados com a política agrícola e a baixa remuneração dos produtos como limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas (Quadro 3). Há indicações de que existe entre os PCA um modo especial de perceber a produção agropecuária desenvolvida em pequena escala, uma vez que lhe atribuem a função de “reservatório” de mão-de-obra e parecem excluí-las do ambiente quando

⁸ Inovadores são as primeiras pessoas a adotarem as inovações no seu sistema social e possuem as seguintes características: a) suas relações sociais são mais cosmopolitas, isto é, se estendem além do seu grupo de vizinhança; b) possuem recursos financeiros para absorver possíveis prejuízos causados pela baixa lucratividade da inovação; c) são aventureiros, audaciosos e dispostos a correr riscos (Rogers e Shoemaker: 1971, p.183).

⁹ Partindo de diferentes concepções teóricas, vários trabalhos contemporâneos aos estudos sobre adoção de inovações se contrapõem às idéias difusionistas, por exemplo: Queiroz (1969); Galjart (1973); Martins (1975); Graziano da Silva (1982); Harris (1982); Chambers (1983).

analisam a influência dos fatores externos na produção regional. No caso da agricultura familiar, tais fatores cedem espaço ao tradicionalismo nas explicações no seu modo de ser e de produzir. Como a presença da pequena produção no Sul de Minas é marcante, sendo que as propriedades com menos de 10 ha representam 43,30% dos estabelecimentos rurais dessa região e as com 10 e menos de 100 ha 48,00%, o modo como os profissionais de ciências agrárias as vêem é um objeto relevante para futuros estudos.

Os demais fatores apontados como limitantes e localizados no nível do produtor como “tradicionalismo e falta de recursos”, “acesso à tecnologia e segurança para planejar” e “desconhecimento sobre mercado” possuem uma conexão com condições localizadas fora da região. Embora nos dois primeiros casos a tradição ainda esteja presente, ela aparece associada à política econômica. Os PCA que indicaram esses dois fatores assim se manifestaram:

Às vezes pelo fator econômico e às vezes por tradição cultural (...) O pequeno produtor, considerando que ele produz a um custo mais elevado do que poderia ser, só vem diminuindo o seu poder. Falta uma política de regulação dos preços dos insumos, a fim de minimizar o custo de produção (PCA).

Existe tecnologia, mas o produtor não está tendo acesso a ela. (...) um pouco por tradição ou comodismo. Falta também um pouco de vontade política para mostrar ao produtor que ele é importante. (...) O produtor tem entrada de renda periódica. Ele tem de planejar. Tem de ter garantia de que daqui a seis meses tenha como vender o produto (PCA).

A falta de conhecimento sobre mercado está relacionada à pouca valorização dos produtos regionais dentro do próprio Sul de Minas, classificado como um fator limitante localizado na região (Quadro 3). O PCA que indicou essa limitação observa que, para se fazer frente à concorrência de produtos de outras regiões, o agricultor deve ter conhecimento sobre mercado, saber que o consumidor é seletivo, que o produto deve ter um padrão de qualidade e

conhecer o que os consumidores querem. Sugere que a assistência técnica deve levar esse tipo de informação para os produtores.

Provavelmente, a noção de conhecimento transmitido de geração para geração, contida no significado atribuído ao termo tradição, tenha levado um PCA a atribuir “causas genéticas” (Quadro 3) ao comportamento do produtor que rejeita novas tecnologias: “Causas genéticas que vêm dos avós, pais e filhos. O filho está usando a alimentação da vaca da mesma forma que o avó usava”.

3.3.4 Considerações gerais sobre os fatores limitantes

Os fatores limitantes foram classificados em categorias que retratam o nível em que tais fatores se encontravam, se no nível do produtor, se na região ou fora da região. Os fatores limitantes localizados fora da região, expressando ações que se desenvolvem nas estruturas do Estado ou no cenário internacional, foram citados com mais frequência. Os fatores limitantes localizados no nível regional abrangeram objetos de natureza social que expressavam ações e atitudes de consumidores e produtores (“pouca valorização do produto agrícola regional pelos consumidores”, “pequena capacidade de mobilização dos produtores” e “lideranças políticas não atuantes”), bem como fatores edafoclimáticos (“topografia” e “monocultura”) e infra-estruturais (“assistência técnica deficiente”, “comercialização deficiente”, “rede deficiente de cooperativas e associações” e “má conservação de estradas vicinais”). Entre os fatores localizados no nível dos produtores, destacaram os que expressavam atitudes e comportamento assentados em valores tradicionais. Alguns fatores limitantes, por exemplo, topografia, estrutura de assistência técnica, sistema de comercialização e má conservação das estradas vicinais já haviam sido indicados como condições que limitavam o potencial de desenvolvimento de fatores

favoráveis. As Figuras 9, 10 e 11 resumem o potencial restritivo que os entrevistados identificaram nos fatores limitantes.

As opiniões dos entrevistados sobre os possíveis efeitos favoráveis ou limitantes dos processos de agroindustrialização e globalização no desenvolvimento da agropecuária sulmineira serão os temas das próximas seções.

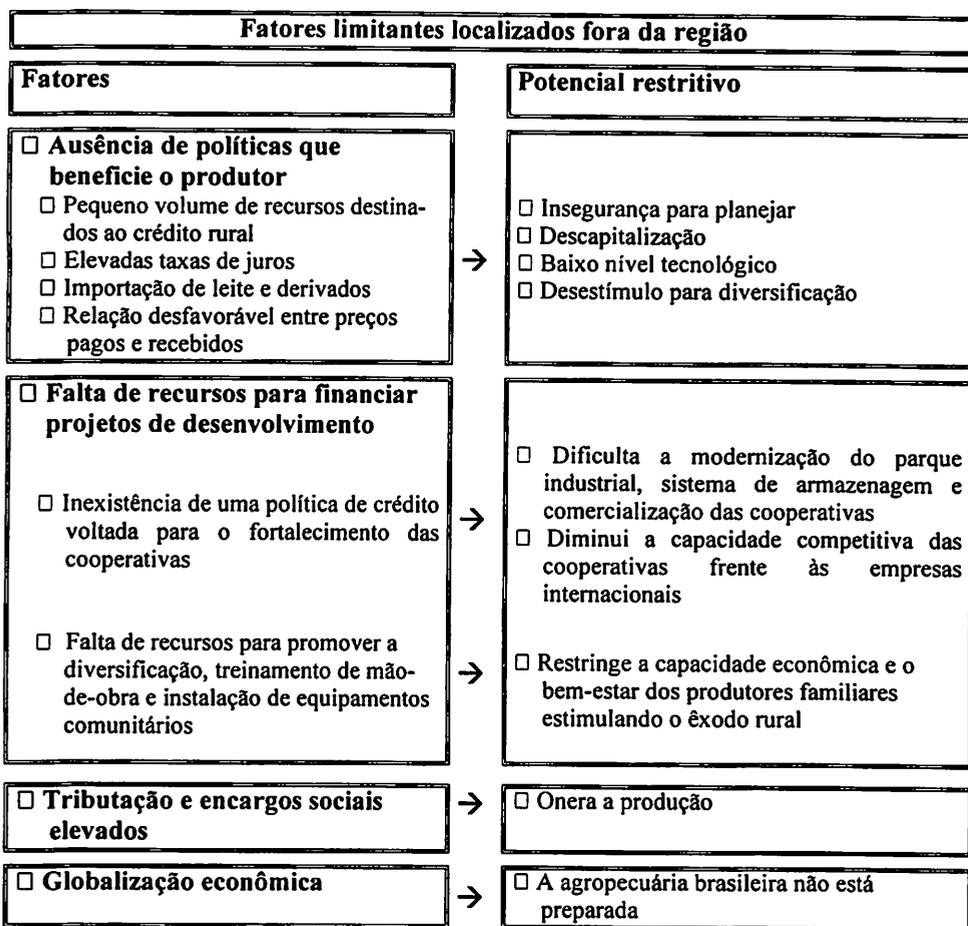


FIGURA 9 - Fatores limitantes localizados fora da região e potencial restritivo, segundo os atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

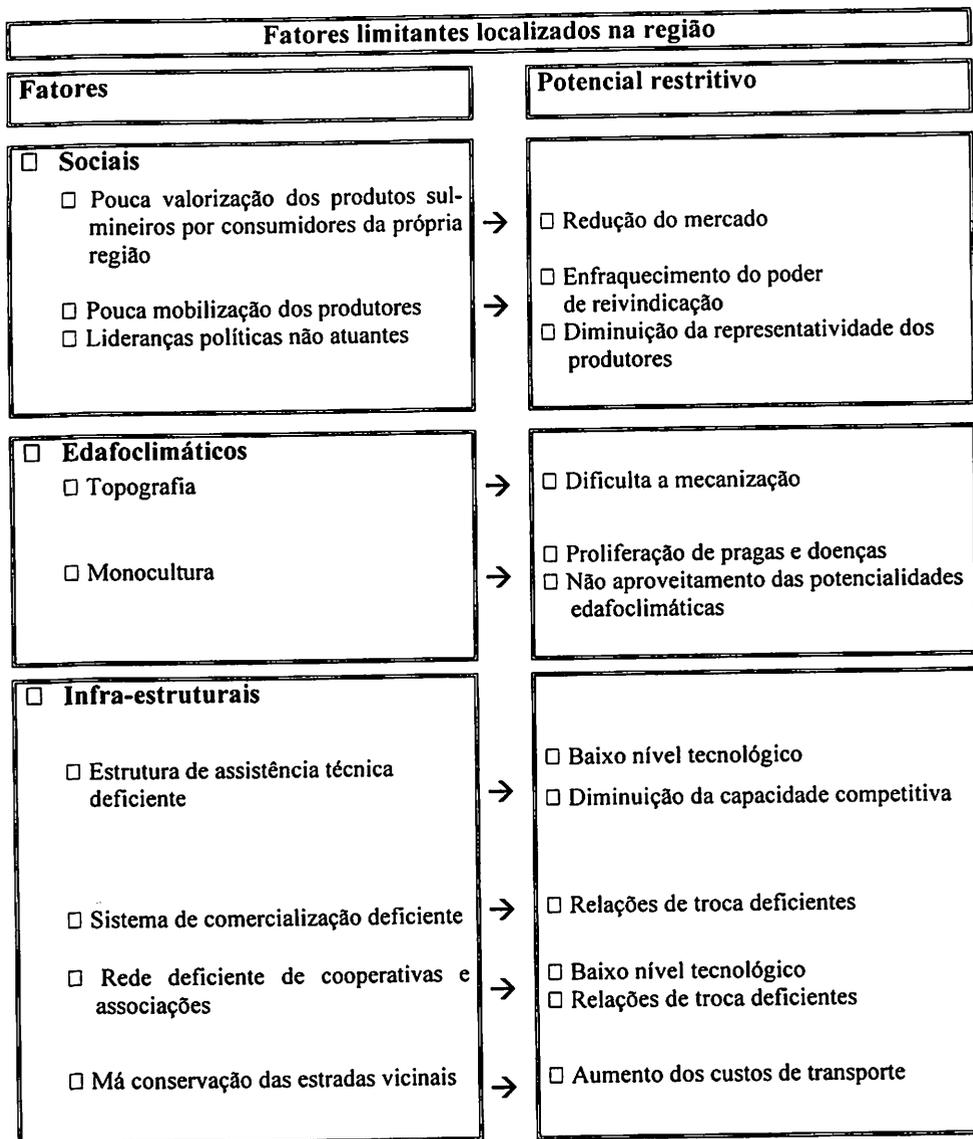


FIGURA 10 - Fatores limitantes localizados na região e potencial restritivo, segundo os atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

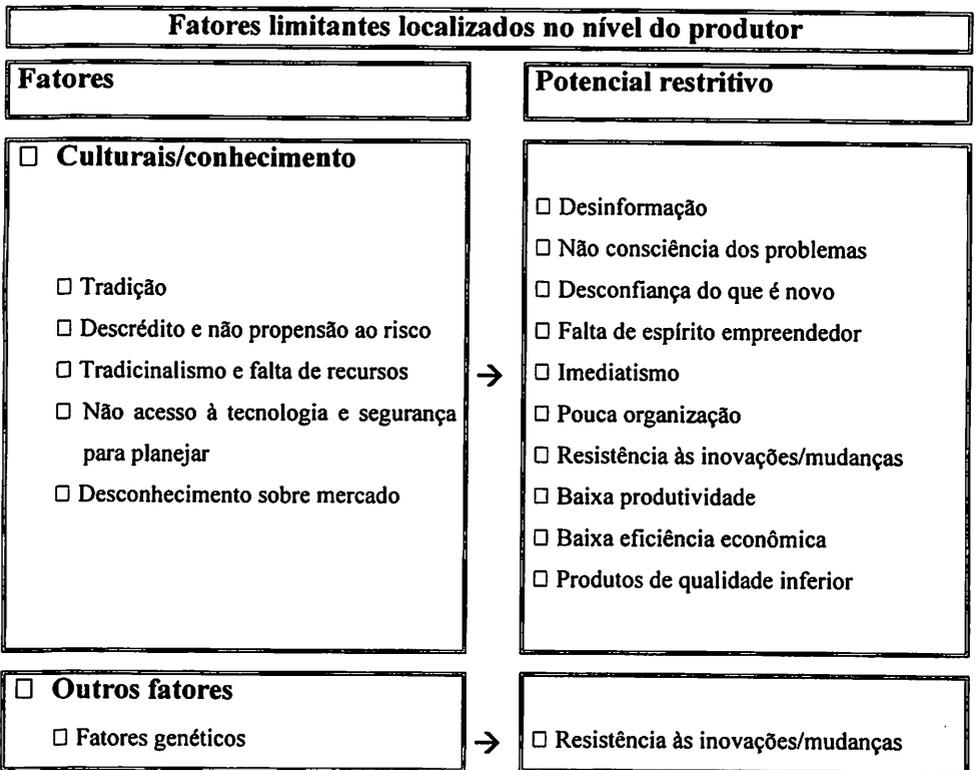


FIGURA 11 - Fatores limitantes localizados no nível do produtor e potencial restritivo, segundo os atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

3.4 Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da agroindustrialização

A maioria dos entrevistados atribui um significado positivo ao processo de agroindustrialização regional, uma vez que somente um PCA considerou que a implantação de mais agroindústrias no Sul de Minas não traria nenhuma contribuição ao desenvolvimento da sua agropecuária (Quadro 4). Para esse entrevistado, o único produto regional que poderia interessar às agroindústrias seria o leite. Mas, nesse campo, não há mais espaço para novas indústrias. Os demais entrevistados foram unânimes em afirmar que elas poderiam ser um importante fator de dinamização da agropecuária, promovendo: a) o aumento e diversificação da produção (aproveitando as condições edafoclimáticas para a introdução de novas atividades alternativas à produção de leite, atualmente em crise em decorrência dos baixos preços e do aumento de produção em outros estados); b) a geração de empregos diretos e indiretos; c) a redução do custo de transporte; d) a agregação de valor à produção regional; e) o aumento na arrecadação de impostos (Quadro 4).

Também apontaram os entrevistados que a implantação de mais agroindústrias na região teria efeitos positivos sobre a modernização da tecnologia agropecuária e sobre a qualidade dos produtos. Isto ocorreria em decorrência da assistência técnica que as indústrias processadoras oferecem ao produtor e pelo crédito, isto é, pelo adiantamento do pagamento da matéria-prima que elas compram. Garantiriam ainda mercado para os produtos e a competição entre as agroindústrias por matéria-prima poderia elevar os preços dos produtos agropecuários, embora três PCA tenham levantado a possibilidade de as indústrias adotarem comportamento oligopsônicos frente aos seus fornecedores, como será observado a seguir (Quadro 4).

QUADRO 4 – Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da implantação de mais agroindústrias no Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

Atores sociais	Potencial de desenvolvimento	Potencial restritivo
Profissionais de ciências agrárias (N = 11)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da produção (n = 3) (n/N = 27,3%) 2. Geração direta e indireta de empregos (n = 3) (n/N = 27,3%) 3. Aumento de demanda por matéria-prima (n = 2) (n/N = 18,2%) 4. Diversificação da produção (n = 2) (n/N = 18,2%) 5. Maior competição por matéria-prima/melhor preço para o produto (n = 2) (n/N = 18,2%) 6. Mais alternativas para o escoamento da produção (n = 2) (n/N = 18,2%) 7. Redução no custo de transporte (n = 2) (n/N = 18,2%) 8. Adiantamento de pagamento em forma de crédito (n = 1) (n/N = 9,1%) 9. Agregação de valor ao produto agropecuário (n = 1) (n/N = 9,1%) 10. Assistência técnica especializada (n = 1) (n/N = 9,1%) 11. Garantia de mercado (n = 1) (n/N = 9,1%) 12. Geração de impostos (n = 1) (n/N = 9,1%) 13. Incentivo à geração e difusão de tecnologia (n = 1) (n/N = 9,1%) 14. Melhoria da qualidade do produto (n = 1) (n/N = 9,1%) 15. Não trará nenhuma contribuição (n = 1) (n/N = 9,1%) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Poluição (n = 5) (n/N = 45,5%) 2. Oligopolização (n = 3) (n/N = 27,3%) 3. Concorrência com a agricultura pela mão-de-obra (n = 3) (n/N = 27,3%) 4. Não trará nenhum problema (n = 2) (n/N = 18,2%)
Lideranças de produtores rurais (N = 10)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diversificação da produção (n = 4) (n/N = 40,0%) 2. Geração direta e indireta de empregos (n = 4) (n/N = 40,0%) 3. Agregação de valor ao produto agropecuário (n = 2) (n/N = 20,0%) 4. Aumento de demanda por matéria-prima (n = 2) (n/N = 20,0%) 5. Aumento da produção (n = 1) (n/N = 10,0%) 6. Garantia de mercado (n = 1) (n/N = 10,0%) 7. Maior competição por matéria-prima/melhor preço para o produto (n = 1) (n/N = 10,0%) 8. Redução no custo de transporte (n = 1) (n/N = 10,0%) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concorrência com a agricultura pela mão-de-obra (n = 1) (n/N = 10,0%) 2. Poluição (n = 1) (n/N = 10,0%) 3. Não trará nenhum problema (n = 8) (n/N = 80,0%)

N = número de entrevistados.

n = número de vezes em que o potencial foi apontado.

O conjunto de fatores que representam o potencial de desenvolvimento superou em termos numéricos os fatores restritivos e os PCA foram os atores que mais identificaram fatores positivos e negativos resultantes da implantação de mais agroindústrias na RSMG (Quadro 4).

Observa-se no Quadro 4 que: a) para oito LPR (o que representa a maioria desses atores entrevistados) e dois PCA, a agroindustrialização regional não traria nenhum problema, mas somente benefícios; b) para uma liderança e três profissionais de ciências agrárias, poderia haver uma maior concorrência com a agricultura por mão-de-obra; c) para uma LPR e cinco PCA, o maior problema que as agroindústrias poderiam causar na região seria o aumento da poluição provocada pelos resíduos industriais. Três PCA apontaram que, na ausência de alternativas para a comercialização da produção agropecuária, as agroindústrias poderiam adotar comportamentos oligopsônicos, impondo aos agricultores preços para as matérias-primas que compram.

A redução do possível impacto pela concorrência por mão-de-obra poderia, na visão dos entrevistados, ser feita pelo aumento da mecanização nas áreas onde essa prática fosse viável, bem como pela adoção de outras tecnologias que aumentassem a produtividade da força de trabalho. Todavia, consideram que o uso de tais tecnologias depende do aumento da capacidade de investimento do produtor, o que associam à redução dos encargos sociais, dos impostos que pagam, bem como da fixação de taxas de juros compatíveis com as rendas geradas pelas atividades agrícolas e da formulação de “políticas de preços realistas”, isto é, que remunere o custo de produção. Para alguns, somente o aumento da renda do produtor permitirá o pagamento de melhores salários aos seus trabalhadores e, para outros, seriam necessários maiores investimentos públicos em projetos sociais que proporcionassem meios para a permanência do pequeno produtor no campo. Observa-se que as possíveis soluções para contornar os problemas relacionados com a concorrência pela mão-de-obra são

condicionadas por fatores limitantes localizados fora da região e que representam ações que se processam no âmbito das estruturas do Estado.

Quanto ao aumento da poluição provocado pelo estabelecimento de mais agroindústrias na região, os entrevistados consideram que hoje existem tecnologias que atenuam esse problema. Destacam ainda que os órgãos públicos de fiscalização deveriam exigir das agroindústrias uso de tais tecnologias e o cumprimento da legislação ambiental. O meio que apontam para contrapor à possibilidade de comportamento oligopsônico por parte das indústrias processadoras seria o fortalecimento das associações de produtores, aumentando a filiação, dinamizando a sua administração e dotando tais associações de assessorias jurídicas competentes para a elaboração de contratos. Foi também observado que não se deve assumir “atitudes radicais”, uma vez que as indústrias evitam se instalar em locais onde é grande o potencial de confronto.

Apesar de identificarem fatores de natureza restritiva, a agroindustrialização do Sul de Minas é percebida pela maioria dos atores entrevistados como um meio dinamizador da economia agrícola regional. Maiores restrições são levantadas quanto ao processo de globalização, embora exista uma tendência de percebê-lo como irreversível.

3.5 Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da globalização

A maioria das lideranças de produtores (sete entrevistadas) externou um sentimento de incerteza quanto aos possíveis benefícios que a globalização econômica poderia trazer para a agropecuária sulmineira, sendo que um líder considerou que ela não trará nenhum benefício (Quadro 5). Na concepção desse entrevistado, a agricultura brasileira ainda não está preparada e, por conseguinte, o processo de abertura do mercado nacional deveria ser gradual. Seriam criados inicialmente os meios que lhe permitissem competir com igualdade com a

QUADRO 5 – Potencial de desenvolvimento e potencial restritivo da globalização para a agropecuária do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados no período de agosto de 1996 a janeiro de 1998.

Atores sociais	Potencial de desenvolvimento	Potencial restritivo
Profissionais de ciências agrárias (N = 11)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abre novos espaços no mercado externo (n = 5) (n/N = 45,5%) 2. Força a redução de custos (n = 3) (n/N = 27,3%) 3. Força a busca de nova tecnologia (n = 3) (n/N = 27,3%) 4. Conduz à diversificação (n = 2) (n/N = 18,2%) 5. Força a busca de eficiência (n = 2) (n/N = 18,2%) 6. Força a busca de qualidade (n = 1) (n/N = 9,1%) 7. Rompe com o tradicionalismo (n = 1) (n/N = 9,1%) 8. Beneficiará os setores que forem competitivos (n = 1) (n/N = 9,1%) 9. Não trará nenhum benefício (n = 1) (n/N = 9,1%) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Custos de produção elevados de alguns produtos (n = 4) (n/N = 36,4%) 2. Retirada do mercado de produtores que não conseguirem se adaptar/desemprego (n = 4) (n/N = 36,4%) 3. Limitações internas de natureza político-econômica (n = 3) (n/N = 27,3%) 4. Agricultura subsidiada de muitos países (n = 1) (n/N = 9,1%) 5. Não trará nenhum problema (n = 1) (n/N = 9,1%)
Lideranças de produtores rurais (N = 10)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Força a competitividade (n = 1) (n/N = 10,0%) 2. Rompe com o tradicionalismo (n = 1) (n/N = 10,0%) 3. Não estão certos quanto às possíveis contribuições (n = 7) (n/N = 70,0%) 4. Não trará nenhuma contribuição (n = 1) (n/N = 10,0%) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Custos de produção elevados de alguns produtos (n = 3) (n/N = 30,0%) 2. Retirada do mercado de produtores que não conseguirem se adaptar/desemprego (n = 3) (n/N = 30,0%) 3. Agricultura subsidiada de muitos países (n = 2) (n/N = 20,0%) 4. Limitações internas de natureza político-econômica (n = 2) (n/N = 20,0%) 5. Falta de preparo do produtor brasileiro (n = 1) (n/N = 10,0%) 7. Maior tecnificação da agropecuária do primeiro mundo (n = 1) (n/N = 10,0%)

N = número de entrevistados.

n = número de vezes em que o potencial foi apontado.

produção de outros países. O sentimento de incerteza manifestado por esses atores estava assentado nos possíveis fatores restritivos que identificaram no processo de globalização. O principal deles é a dificuldade de competirem com produtos originários de países altamente tecnificados e com a agropecuária subsidiada como, por exemplo, os países europeus, bem como de regiões onde as condições edafoclimáticas são mais favoráveis do que as da RSMG, por exemplo, Argentina e Uruguai. No centro dessa incerteza se encontrava a atividade leiteira que, para esses atores, passava por uma crise provocada pela defasagem entre preços pagos e recebidos, a qual poderia ser agravada pela importação de leite e derivados. Todavia, duas LPR observaram que a integração de mercados poderia estimular ou forçar a competitividade, romper o tradicionalismo, transformando os produtores em atores mais eficientes (Quadro 5).

Embora tenham também identificado fatores restritivos, de modo geral, os profissionais de ciências agrárias percebiam que a globalização poderia provocar impactos positivos na agropecuária sulmineira ao abrir novos espaços no mercado internacional (Quadro 5). A diversificação, fundamentada em uma análise comparativa das oportunidades e limitações da RSMG com relação aos países do Mercosul e de outras regiões, seria a estratégia para ocupar esses espaços, segundo a percepção de alguns PCA (Quadro 5). O ponto central dessa idéia assenta-se na necessidade de direcionar a produção regional para produtos demandados por outros mercados que não os produzem ou que têm dificuldades de produzi-los em decorrência, por exemplo, de fatores edafoclimáticos. Também consideraram que a competição provocará a busca por novas tecnologias, a redução dos custos de produção, melhorará qualidade dos produtos, romperá o tradicionalismo e aumentará a eficiência dos produtores (Quadro 5).

O potencial restritivo da globalização está, na visão dos PCA e LPR, associado aos seguintes fatores: a) elevado custo de produção de alguns produtos como leite, o que inviabiliza a competição e coloca em risco a produção do Sul de Minas; b) exclusão de produtores que não conseguirem adaptar-se às novas exigências tecnológicas e de competição, elevando o número de desempregados; c) agricultura subsidiada de muitos países, impedindo a “livre competição”; d) limitações internas de natureza político-econômicas (Quadro 5). Nesta última categoria de potencial restritivo estão incluídos os seguintes fatores que já haviam sido anteriormente apontados: a) elevada carga tributária; b) ausência de uma política de crédito para melhorar a infra-estrutura de produção; c) ausência de subsídios; d) situação de descapitalização dos agricultores; e) elevados custos de transportes e portuários. Somente um PCA expressou que o processo de globalização não traria nenhum benefício para a região, pois o que ele tem visto é a desnacionalização da economia brasileira.

Ao discorrerem sobre o potencial de desenvolvimento e o potencial restritivo dos processos de agroindustrialização e globalização, tanto as lideranças de produtores rurais quanto os profissionais de ciências agrárias recorreram a objetos de orientação localizados na própria região e fora dela, o que já haviam feito quando identificaram fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento do Sul de Minas. Esta constatação mostra que, de modo geral, os atores entrevistados não entendem a agropecuária como uma atividade isolada, mas inserida em uma estrutura macroeconômica. Conotações originadas desta constatação serão objeto de discussão do próximo capítulo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo fundamentou-se na abordagem interpretativa e buscou identificar os objetos de orientação que assumiram, para as lideranças de produtores rurais e profissionais de ciências agrárias entrevistados, o significado de fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas Gerais. Neste estudo, a idéia de significado resulta da percepção que os atores sociais possuem de um dado objeto de orientação e está vinculada a duas dimensões analíticas: a) este objeto não é singular, pois se encontra em uma situação e está articulado com o significado que os atores atribuem a outros objetos situacionais; b) os atores presentes em uma mesma situação possuem história, experiências e habilitações que os diferenciam ou aproximam de outros atores, estão inseridos em uma estrutura social e têm interesses que podem ser conflitantes ou não com os dos demais atores.

Com relação à primeira dimensão, deve-se observar que o ator pode, em um primeiro momento, identificar qualidades em um dado objeto e atribuí-lo o significado de meio (fator favorável). No entanto, a conexão que o ator estabelece entre este objeto e outros objetos de orientação pode levá-lo a redefinir o significado inicialmente estabelecido, passando a perceber tal objeto como uma condição (fator limitante) ou interpretar que o seu significado de fator favorável está condicionado pela presença de outros objetos situacionais. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os fatores classificados como “edafoclimáticos” e “infra-estruturais/localização” neste estudo. Alguns objetos de orientação figuram com mais freqüência do que outros nas conexões que o ator estabelece entre objetos situacionais durante o processo de orientação. Tais objetos são denominados de fatores estruturantes devido à importância que o ator lhe atribui no processo de orientação. Nesta pesquisa, os fatores limitantes localizados fora

da região estudada e que possuíam natureza macroeconômica assumiram o caráter de fatores estruturantes.

A segunda dimensão analítica abre a possibilidade de as interpretações que diferentes atores fazem de uma mesma situação adquiram conotações distintas. Assim, a abordagem interpretativa admite que objetos de orientação podem ter significados diferentes para distintos atores. Esta diversidade de significados foi observada neste estudo. Fatores como “tradição/vocação”, “liderança política”, “topografia”, “assistência técnica” e “rede de cooperativas” foram identificados por alguns entrevistados como fatores favoráveis e por outros como limitantes.

Os fatores percebidos como favoráveis foram classificados como “culturais”, “sociais”, “edafoclimáticos”, “infra-estruturais e de localização”. Os fatores culturais referem-se à tradição e/ou vocação agrícola da região e foram apontados tanto por PCA quanto LPR. A longa experiência regional com atividades agropecuárias e o fato de o Sul de Minas ser uma importante região produtora de leite e café constituíram os elementos em que os atores entrevistados fundamentaram a noção de vocação agrícola da região. Essa vocação contribuía para que RSMG tivesse uma mão-de-obra treinada nessas atividades. Consideraram também o bom relacionamento entre patrão e empregado como um traço cultural do Sul de Minas e tinha como fator positivo a atenuação de conflitos. Todavia, a tradição foi também percebida como um fator que dificultava a aceitação de novas tecnologias e a expansão do associativismo, o que levou alguns entrevistados a considerá-la como fator limitante.

Os fatores favoráveis incluídos na categoria de sociais foram disponibilidade de mão-de-obra e existência de liderança política. A disponibilidade de mão-de-obra foi apontada pelas duas categorias de entrevistados, embora os profissionais de ciências agrárias a tenham indicado

com maior frequência. Relacionaram o potencial de desenvolvimento deste fator com o conhecimento das técnicas de produção e com fato da força de trabalho ser abundante, se comparada com outras regiões de Minas Gerais. Identificaram a produção familiar como a principal provedora de braços para as atividades agrícolas desenvolvidas nas unidades de produção mais capitalizadas. Todavia, consideraram que o potencial de desenvolvimento deste fator era atenuado pela precária situação econômica da pequena produção, pelos baixos salários que recebiam como empregados em decorrência das relações desfavoráveis entre preços pagos e recebidos pelos produtores.

O alto custo dos encargos sociais foi também visto como um obstáculo à contratação de trabalhadores. Alinharam o processo de industrialização da região como fator que poderia diminuir a disponibilidade de mão-de-obra ao criar novas oportunidades de emprego nas cidades para os filhos de agricultores. Por esta razão, valorizaram o trabalho que a EMATER-MG desenvolvia, por criar novas oportunidades de renda para a produção familiar, atenuando o êxodo rural. Seguindo a mesma linha de raciocínio, também consideraram a falta de recursos para financiar projetos de desenvolvimento comunitários como um fator limitante ao desenvolvimento da RSMG, uma vez que não permitiam criar meios necessários para conter a emigração. A atenção que os entrevistados atribuíram à mão-de-obra possuía conexões com outros objetos de orientação, principalmente com a topografia que impõe padrões tecnológicos ao cultivo de café, por exemplo, limitando o emprego de máquinas e elevando a demanda de trabalhadores, principalmente durante o período de colheita.

A existência de lideranças política como um fator favorável foi indicada somente por produtores e o seu potencial de desenvolvimento relacionava-se com a defesa dos interesses da agropecuária. Contudo, na visão da LPR, esse potencial era limitado pelo fato da região possuir poucos representantes ocupando cargos no legislativo e executivo, o que atribuíam à falta de

consciência dos produtores da importância e força que tinham. Para outras LPR, mobilização pouco expressiva dos produtores e liderança política pouco atuante foram identificadas como fatores limitantes e tinham como potencial restritivo a diminuição da representatividade dos produtores e o enfraquecimento do poder de reivindicação. Confrontando-se os dois casos, observa-se que alguns produtores preferiram indicar a liderança política como fator favorável, mesmo percebendo que existiam objetos de orientação que atenuavam o seu potencial como fator de desenvolvimento, enquanto outras LPR apontaram-na como fator limitante. Entretanto, somando o total de LPR que se manifestou nos dois casos, conclui-se que este fator era relevante para a maioria dos produtores entrevistados. A importância que atribuíam à representação política estava associada às novas bases em que se estabelecem as relações campo-cidade e às políticas econômicas que consideravam contrárias aos interesses da agropecuária. Essa conotação torna-se mais clara quando se discute os fatores limitantes localizados fora da região, os quais expressam, de modo geral, ações que se desenvolvem nas estruturas do Estado.

Os fatores edafoclimáticos indicados como favoráveis foram clima, solo, topografia e potencial hídrico. O significado favorável atribuído a esses fatores associava-se à redução de risco provocado por problemas climáticos, à possibilidade de diversificação da produção, à mecanização de várias áreas comparativamente a outras regiões mineiras, à facilidade de irrigação e ao desenvolvimento de diferentes modalidades de lazer, esporte e turismo. Todavia, o aproveitamento do potencial de desenvolvimento desses fatores era condicionado, na visão dos entrevistados, pelo desconhecimento de suas potencialidades, falta de orientação técnica, manejo inadequado do solo, pouca integração entre produtores e instituições de ensino, pesquisa e extensão e pela falta de recursos para investimentos. As LPR tenderam, mais do que PCA, a considerar a topografia como um fator limitante, uma vez que dificulta a

mecanização em um contexto em que a mão-de-obra vem escasseando e crescem os custos com encargos sociais.

O maior número de fatores favoráveis apontados encontra-se na categoria “infra-estruturais e de localização”, isto é: proximidade das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte; proximidade de portos; estrutura viária; rede de cooperativas; instituições de ensino pesquisa e extensão; potencial turístico; sistema de comunicação; sistema de armazenagem; estrutura fundiária caracterizada por pequenas e médias propriedades. O potencial de desenvolvimento associado à localização e à estrutura viária relaciona-se com as oportunidades criadas pelo mercado das áreas metropolitanas, facilidade para escoamento da produção, redução de custos de transporte e atração de indústrias. Para as duas categorias de atores entrevistados, tais fatores poderiam representar aumento da demanda de produtos agropecuários, seja na forma de matéria-prima ou alimento. No entanto, percebiam que esse potencial de desenvolvimento era neutralizado pela má preservação das estradas e o desconhecimento, por parte dos produtores e autoridades regionais, das oportunidades originadas da localização. A ausência de selos que atestam a qualidade e origem dos produtos sulmineiros foi também percebida como um fator que dificulta a sua entrada no mercado dos grandes centros.

Foram atribuídas à rede de cooperativas as funções de comercialização e industrialização de produtos agropecuários, de provimento de assistência técnica especializada, de fonte alternativa de crédito, de qualificação de produtores e trabalhadores. O desempenho de tais funções foi percebido como meio que agrega valor aos produtos regionais, eleva a renda dos produtores e facilita a introdução de novas tecnologias. Além disso, o envolvimento na gestão de cooperativas foi também percebido como um meio para formar líderes políticos. O potencial de desenvolvimento atribuído às cooperativas era restringido por uma série de fatores que envolviam gestão ineficiente, problemas relacionados à

dificuldade para promover ações coletivas e problemas resultantes de políticas econômicas como a falta de incentivos para modernização do parque industrial dessas organizações. Tais fatores foram também responsáveis pela identificação da cooperativa como fator limitante ao desenvolvimento regional por um PCA. Apesar da identificação de fatores que limitam o potencial de desenvolvimento dessas organizações, elas foram valorizadas como um importante meio de adaptação dos produtores às novas relações que se estabelecem entre campo-cidade no Brasil, agora ultrapassadas pelos complexos agroindustriais. O número de funções que os atores entrevistados atribuíram às cooperativas evidencia essa valorização.

As instituições de ensino, pesquisa e extensão existentes no Sul de Minas foram consideradas como fatores de desenvolvimento pelo potencial que apresentam quanto à formação de recursos humanos, geração e difusão de tecnologias que, por sua vez, foram vinculadas à diversificação da produção, aproveitando os fatores edafoclimáticos e de localização favoráveis, bem como ao aumento de produtividade e competitividade. No caso específico da extensão, atribuíram-lhe a função de incentivadora do associativismo e desenvolvimento comunitário, ações que poderiam, na perspectiva dos entrevistados, melhorar as condições de vida dos produtores familiares e, conseqüentemente, atenuar o êxodo rural, fixando mão-de-obra no campo.

Na visão dos entrevistados, o desempenho das funções que atribuíram às instituições de ensino e pesquisa foi restringido pela integração deficiente entre pesquisa, universidade e produtor, tendo como resultado a geração de tecnologias não adaptadas à realidade regional. Em outros casos, consideraram que a pesquisa era concentrada basicamente em café e leite, contribuindo muito pouco para a diversificação da produção e aproveitamento das potencialidades edafoclimáticas, de localização e viárias da RSMG. Apontaram também como fatores que limitavam o potencial de desenvolvimento das instituições de ensino

pesquisa e extensão: pouca parceria entre as instituições de ensino e empresas privadas; falta de um programa de extensão universitária mais agressivo; processo deficiente de divulgação das tecnologias geradas pela pesquisa e pela universidade; assistência técnica não disponível a todos os produtores; quadro de pessoal pequeno e recursos financeiros insuficientes. Estes dois fatores foram interpretados como resultados das políticas de corte de gastos públicos dos governos estadual e federal. Apesar das limitações apontadas, as instituições de ensino, pesquisa e extensão existentes na região foram percebidas como fatores fundamentais para o desenvolvimento, uma vez que poderiam promover o aproveitamento dos recursos edafoclimáticos e de localização, elevar a eficiência da agropecuária pela geração e difusão de tecnologias adaptadas à realidade regional.

O sistema de comunicação representado por emissoras de televisão, rádio, jornais e provedoras de internet, o potencial turístico constituído pelo Circuito das Águas, lagos formados pelas hidrelétricas, montanhas e cachoeiras, bem como a estrutura fundiária caracterizada por pequenas e médias propriedades foram outros fatores favoráveis identificados no âmbito regional. O potencial de desenvolvimento do sistema de informação estava associado ao aumento da agilidade na tomada de decisões, à conscientização do produtor e à integração regional. O potencial turístico foi percebido como uma fonte alternativa de renda e emprego. No entanto, as LPR e os PCA entendiam que ele era ainda pouco divulgado e as condições precárias das hospedagens e das estradas de acesso aos pontos turísticos impediam o aumento do fluxo de visitantes. A estrutura fundiária constituída por pequenas e médias propriedades, além de reduzir a pressão pela reforma agrária, foi também associada à maior disponibilidade de mão-de-obra. Todavia, a função de disponibilizadora de braços para as atividades agropecuárias era ameaçada pela difícil situação

econômica da produção familiar e pela industrialização regional, como foi anteriormente observado.

Os fatores edafoclimáticos aliados aos fatores infra-estruturais constituem, na visão dos PCA e LPR, o grande diferencial da RSMG em comparação com outras regiões mineiras e brasileiras. Contornadas as condições que limitam o potencial de desenvolvimento desses fatores, eles se transformariam em importantes vantagens competitivas. Essa idéia estava subjacente nos depoimentos dos atores entrevistados.

Os fatores identificados como limitantes foram agrupados em categorias que procuravam retratar o âmbito em que tais fatores se encontravam, se no do produtor, na região ou fora da região. Os fatores limitantes localizados no âmbito do produtor foram denominados de “culturais/conhecimento” e se referiam à tradição, descrédito à inovação ou não aceitação de novas idéias. Em alguns depoimentos, além da tradição, os entrevistados vincularam, simultaneamente, comportamentos como a não aceitação de inovações à falta de conhecimento e à escassez de recursos econômicos.

A identificação da tradição como fator limitante foi mais freqüente nas declarações de PCA, os quais interpretaram-na como um traço da produção familiar do tipo camponês. A descrição que faziam desse produtor era muito próxima da que os estudos de difusão de inovações fizeram dos produtores que denominavam “retardatários”. Sugere-se, assim, que essa abordagem ainda exerce grande influência no modo como alguns profissionais de ciências agrárias percebem a realidade rural. Além disso, atribuíram à produção agropecuária desenvolvida em pequena escala por produtores familiares a simples função de reservatório de mão-de-obra e pareciam excluí-la do ambiente quando analisaram o impacto dos fatores de natureza político-econômica na produção regional. Como aproximadamente 90% dos estabelecimentos rurais do Sul de Minas possuíam áreas inferiores a 100 ha, qualquer estratégia regional de

desenvolvimento rural não poderia desconhecer esta realidade. Por conseguinte, direta ou indiretamente, os produtores com propriedades nessa faixa de área seriam públicos para ações dos profissionais de ciências agrárias, sejam estes extensionistas, pesquisadores ou professores. Assim, o modo como os PCA vêem a produção familiar constitui um objeto de estudo relevante para futuras pesquisas.

Os fatores limitantes localizados no nível regional foram agrupados nas categorias denominadas sociais (pouca valorização dos produtos sulmineiros por consumidores da própria região, pouca capacidade de mobilização dos produtores e lideranças políticas pouco atuantes), edafoclimáticas (topografia acidentada e monocultura) e infra-estruturais (estrutura de assistência técnica deficiente, sistema de comercialização deficiente, gestão deficiente de cooperativas e má conservação de estradas vicinais). A maioria desses fatores havia sido indicada por outros entrevistados como objetos de orientação que limitavam o potencial de desenvolvimento dos fatores favoráveis.

Os fatores limitantes ao desenvolvimento da agropecuária sulmineira citados com mais frequência pelas duas categorias de atores entrevistados se localizavam fora da região e se referiam a objetos de orientação de natureza macroeconômica. Entre eles estão pequeno volume de recursos destinados ao crédito rural, elevadas taxas de juros, importação de leite e derivados e relação desfavorável entre preços pagos e recebidos. O potencial restritivo desses fatores foi associado à insegurança para planejar, descapitalização das atividades agropecuárias, baixo nível tecnológico e desestímulo para diversificação da produção e aproveitamento dos fatores favoráveis de natureza edafoclimáticas, infra-estruturais e de localização. A inexistência, segundo entrevistados, de uma política de crédito voltada para o fortalecimento das cooperativas dificultava a modernização de suas plantas industriais, da estrutura de armazenagem e comercialização, tornando essas organizações menos competitivas com as

agroindústrias concorrentes, de modo geral empresas estrangeiras que, ao se instalarem na região, trouxeram de seus países de origem capital e tecnologia. A falta de recursos para financiar projetos de desenvolvimento como treinamento de mão-de-obra, instalação de equipamentos comunitários e a diversificação da produção agropecuária era vista como fator que restringia a capacidade econômica e o bem-estar dos produtores familiares, estimulando o êxodo rural. A tributação e encargos sociais elevados, em um contexto em que as relações entre preços pagos e recebidos eram percebidas como desfavoráveis à agropecuária, figurava, nas declarações de alguns entrevistados, como mais um fator a onerar o custo de produção.

Os entrevistados estabeleceram conexões entre os fatores macroeconômicos percebidos como limitantes e outros objetos de orientação identificados como favoráveis ou não. Essa conexão, prevista no referencial teórico, é que atribui significados de objetivos, meios e condições aos objetos de orientação. A presença quase constante de objetos situacionais de natureza macroeconômica na orientação dos atores mostra a relevância que possuem no cenário em que se inserem as atuais relações campo-cidade no Brasil, discutidas na introdução deste estudo e que serviram de sustentação para a formulação dos objetivos da pesquisa. Tal caráter é reforçado pela discussão do potencial de desenvolvimento e potencial restritivo que os processos de agroindustrialização e globalização poderiam ter para o Sul de Minas.

A maioria dos entrevistados atribuiu um significado positivo ao estabelecimento de mais agroindústrias na RSMG, pois criaria maiores alternativas para a comercialização da produção, geraria empregos diretos e indiretos, reduziria o custo de transporte, aumentaria a arrecadação de impostos e a diversificação da produção. Todavia, observaram que a modernização tecnológica, necessária para diversificar e aumentar a produção, atender à demanda das agroindústrias – ou mesmo atraí-las para região – e fazer frente à

concorrência por mão-de-obra, dependeria do aumento da capacidade de investimento do produtor. Esta capacidade era associada à redução dos encargos sociais, dos impostos que pagam, bem como da fixação de taxas de juros compatíveis com as rendas geradas pelas atividades agrícolas e da formulação de políticas de preço que remunerem o custo de produção. Como fatores limitantes associados ao processo de agroindustrialização da região, os entrevistados identificaram, além da concorrência por mão-de-obra, a possibilidade de aumentar a poluição provocada pelos resíduos industriais e a adoção de comportamento oligopsônico pelas indústrias, impondo preços para as matérias-primas que compram. Para contornar os problemas com a poluição, os entrevistados apontaram que os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização deveriam exigir das agroindústrias o uso de tecnologias adequadas e o cumprimento da legislação ambiental. O meio que indicaram para contraporem-se a possíveis ações de natureza oligopsônica foi o fortalecimento das associações de produtores, modernizando a sua administração, contratando assessorias jurídicas competentes para elaboração de contratos e aumentando o número de produtores filiados.

As LPR externaram mais do que os PCA um sentimento de incerteza quanto aos possíveis benefícios que a globalização econômica poderia trazer para a agropecuária da RSMG. No centro dessa incerteza, situava-se a dificuldade que atividade leiteira teria para competir com o produto originário dos países europeus altamente tecnificados e com a agropecuária subsidiada, e com a Argentina e Uruguai, onde os meios naturais de produção eram percebidos como mais favoráveis. Apesar de terem identificado fatores restritivos, os PCA percebiam que a globalização poderia provocar impactos positivos ao abrir novos espaços no mercado internacional. A diversificação, orientada em uma análise comparativa entre as potencialidades e as limitações

do Sul de Minas com relação as de outras regiões, seria, na visão desses atores, a estratégia para ocupar esses espaços.

O potencial de desenvolvimento da globalização identificado pelas duas categorias de entrevistados relacionava-se, além da possibilidade de abertura de espaço no mercado externo, com a busca de novas tecnologias que aumentassem a produtividade e reduzissem custos, a diversificação da produção, o aumento da qualidade dos produtos e com o rompimento do tradicionalismo. Como fatores que poderiam restringir o potencial de desenvolvimento, ou mesmo figurar como fatores desfavoráveis foram indicados: o custo de produção elevado de alguns produtos sulmineiros, a agricultura subsidiada de muitos países, a exclusão do mercado dos agricultores que não conseguirem adaptar-se às novas exigências tecnológicas e de competição aumentando o número de desempregados e as limitações de natureza político-econômica, entre as quais a elevada carga tributária, a ausência de programas governamentais voltados para melhorar a infra-estrutura de produção, a ausência de subsídios, a descapitalização da agropecuária e os elevados custos de transportes e portuários.

A natureza estruturante dos fatores macroeconômicos levou as LPR a perceberem a importância da representação política e a necessidade de organização como instrumentos de defesa de seus interesses, aumentando da capacidade de negociação no interior das cadeias e elevando a capacidade de influir nas decisões tomadas no nível das estruturas do Estado, a exemplo do que vem ocorrendo em outras regiões do Brasil. Contudo, os problemas relacionados com ação coletiva também se manifestavam no Sul de Minas. Os seus indicadores foram os fatores limitantes que se referiam a atitudes ou ações de produtores regionais, tais como: pequena adesão às associações; falta de

consciência dos problemas da agropecuária; desconhecimento da sua força, tradicionalismo¹.

As funções que atribuíram às cooperativas também revestem essas organizações das atribuições de meios para se contrapor a interesses conflitantes com os da agropecuária. Mas os próprios entrevistados enumeraram uma série de fatores que limitam o desempenho dessas funções. Entre eles, citaram a gestão ineficiente, o que torna difícil competir com agroindústrias que, além de ocuparem posições privilegiadas no mercado e da possibilidade de se integrarem a conglomerados empresariais, são amparadas por eficientes estruturas administrativas e detêm o domínio de modernas tecnologias de produção².

Ao procurar identificar e descrever como lideranças de produtores rurais e profissionais de ciências agrárias interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da região sul de Minas Gerais, este estudo mostrou que o processo de orientação não é linear, uma vez que os atores entrevistados estabeleceram múltiplas conexões entre objetos situacionais de diferentes naturezas. Ao revelar tais conexões, colocou também em evidência que o aproveitamento de fatores favoráveis e a neutralização ou redução dos impactos dos fatores limitantes ou restritivos subentendem a noção de interdisciplinaridade, uma vez que tais

¹ Autores como Aguiar (1991), Elter (1994) e Olson (1999) percebem a ação coletiva como um processo complexo que envolve diferentes motivos que predisõem os indivíduos a cooperarem ou não. Esses motivos podem ser, por exemplo: a) a expectativa que o ator possui de ver os seus objetivos individuais concretizados comparativamente ao esforço ou recursos que têm de despender em uma ação coletiva; b) no caso de grandes associações, a expectativa que possui de seus objetivos serem atingidos, mesmo que não se envolva diretamente nas ações, pois outros atores poderão conduzi-las; c) a eminência de uma grande perda causada por uma ameaça externa comum a todos os membros do grupo. Esses exemplos são citados para ilustrar que a não participação pode ter outras causas além das que foram indicadas pelos entrevistados.

² Problemas relacionados com a gestão ineficiente de cooperativa em um ambiente competitivo foram temas de dois estudos recentes no Sul de Minas, desenvolvidos por Antonialli (2000) e Santos (2000).

fatores representam dimensões que envolvem diferentes áreas do conhecimento. No âmbito das ciências sociais, alguns temas poderiam ser estudados, dando continuidade a esta pesquisa:

1. as funções que foram atribuídas às instituições de ensino, pesquisa e extensão como fator de desenvolvimento e fatores apontados como limitantes ao desempenho dessas funções;
2. o modo como a produção familiar foi valorizada, principalmente por profissionais de ciências agrárias;
3. os problemas que limitam a ação coletiva dos produtores, uma vez que a literatura aponta fatores que vão além do “tradicionalismo” ou “falta de consciência”;
4. a gestão de cooperativas e fatores que estão associados à eficiência administrativa e competitividade;
5. os impactos de fatores de natureza macroeconômica na organização da produção regional;
6. o aproveitamento dos fatores edafoclimáticos, infraestruturais e de localização;
7. o estudo sobre as potencialidades e limitações da agropecuária sulmineira incorporando atores localizados a montante, e a jusante, bem como produtores familiares e as organizações que os assessoram. Como se observou, a inclusão desses últimos atores estava prevista no projeto de pesquisa, mas a falta de recursos impediu a sua continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992. 275p.
- AGUIAR, F. La logica de la cooperacion. In: AGUIAR, F. (Org.). **Interesses individuais y accion colectiva**. Madri: Pablo Iglesias, 1991. p.1-42.
- ALENCAR, E. **An interpretative study of the cooperative as a means for farmers to adapt to the social system**. 1986. 371p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). The University of Reading, Reading.
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: Ufla/Faepe, 1997. 100p.
- ALENCAR, E. **Conceitos básicos**. Lavras: Ufla, 1998. 12p. (Roteiro de aula)
- ALENCAR, E. **Complexos agroindustriais**. 2.ed. Lavras: Ufla/Faepe, 2000. 90p.
- AGUIAR, E.; GOMES, M.A.O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: Ufla/Faepe, 1998. 212p.
- ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J.A. Unidade de produção e administração rural. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.14, n.157, p.25-29, 1988.
- ANTONIALLI, L.M. **Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais**. 2000. 163p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340p.
- BAGGIO, A.P.; GRISON, A.J.; BRUM, A.L.; BELLATO, D.; MARQUES, M.O.; VERZA, S.B.;FRANTZ, T.R.; BASSO, D. **Elementos de cooperativismo e administração rural**. Ijuí: FIDENE/UNIJUÍ, 1983. 192p.
- BARAÚNA, F.G. **Caracterização sócio-econômica de unidades de produção**. 1988. 82p. Dissertação. (Mestrado em Administração Rural). Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras.

BARQUERO, G. **Métodos de pesquisa pedagógica**. São Paulo: Loyola, 1970. 284p.

BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: 1997. 573p.

BELATO, D. A subordinação do camponês no interior das cadeias alimentares: integração e contratos de produção. **Contexto e Educação**, Ijuí, v.1, n.1, 1986.

BELIK, W. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1995. p.107-123.

BELIK, W. Changing patterns of state intervention in the Brazilian agro-industrial complex. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.37, n.3, p.405-424, 1997.

CALEGARIO, C.L.L. **As relações contratuais no setor leiteiro no contexto do agribusiness**. 1996. 80p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Logman, 1983. 246p.

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985. 240p.

DIAS, J.; GUIMARÃES, P. Uma nova teoria de comportamento da agência reguladora de monopólios e oligopólios. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.27, n.2, p.177-193, 1997.

ELTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 211p.

ESPÍRITO SANTO, L.S. **Potencialidades e limitações da agropecuária sul-mineira na perspectiva de profissionais de ciências agrárias e lideranças de produtores rurais**. 2000. 88p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. **Diagnóstico da cafeicultura de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1996. 49p.

FILETTO, F. **Trajatória histórica do café na região sul de Minas Gerais.** 2000. 133p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

FONSECA, M.L.R.V. **Impactos das mudanças tecnológicas e organizacionais na força de trabalho de três empresas do setor agroindustrial de Minas Gerais.** 2000. 86p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
Censo Agropecuário de 1995-1996. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2001.

GALJART, B. Difusão cultural, modernização e subdesenvolvimento. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social.** São Paulo: Editora Nacional, 1973. p.70-90.

✶ GIDDENS, A. **Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis.** Berkley: University of California, 1979. 293p.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. 237p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1996. 217p.

GUBA, E.; LINCOLN, Y.S. Competing paradigms in qualitative research. In: DEZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative research.** London: Sage, 1994. p.105-117.

HARRIS, J. **Rural development: theories of peasant economy and agrarian change.** Sydney: Hutchinson University, 1982. 409p.

✶ JONES, P. **Studying society: sociological theories & research practices.** London: Collins, 1993. 182p.

- KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A.M.; REYDON, B.P.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SILVEIRA, J.M.J.; FONSECA, M.G.D.; RAMOS, P.; FONSECA, R.B.; BELIK, W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223.
- LAMOUNIER, B. **Determinantes políticos da política agrícola**. Brasília: IPEA, 1994. 58p.
- † LAVILLE, C. DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340p.
- LAYDER, D. **Understanding social theory**. London: Sage, 1994. 230p.
- LEMOS, M.B. Organização agroindustrial, entrada em tecnologia e lideranças de mercados: o caso brasileiro. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1995. p.69-105.
- LOPES, J. E. P. **Análise econômica de contratos de integração usados no complexo agroindustrial avícola brasileiro**. 1992. 105p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- LOUREIRO, M.R.C. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M.R.C. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p.133-55.
- LOUREIRO, M.R.C. **Terra, família e capital**. Petrópolis: Vozes, 1987. 182p.
- MACHADO FILHO, C.A.; SPERS, E.E.; CHADDAD, F.R.; NEVES, M.F. **Agribusiness europeu**. São Paulo: Pioneira, 1996. 132p.
- MARTINS, J.S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161p.
- MEZZOMO, C.P.L. **Sistema agroindustrial das olerícolas congeladas: a coordenação entre olericultor e a agroindústria de congelamento**. 1997. 137p. Dissertação (Administração Rural) Universidade Federal de Lavras, Lavras

MOLINA FILHO, J. Classificação e caracterização sócio-econômica das unidades de produção agrícola no Brasil. In: SEMINÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA RURAL, 1, Rio de Janeiro, 1977. **Anais...** Rio de Janeiro: FGV-RJ, 1977. p.387-392.

MOURA FILHO, J.A.; SILVEIRA, L.L.; REIS, M.H.V.; BASTOS, E.R. **Transformações recentes na agropecuária mineira: o estado, o Sul de Minas, a microrregião Alto Rio Grande e o município de Lavras.** Lavras: UFLA/DAE, 1994. 90p.

MÜLLER, G. COTRIJUI: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, M.R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981. p.97-131.

MÜLLER, G. Estado e classes sociais na agricultura. **Estudos Econômicos,** São Paulo, v.12, n.2, p.81-94, 1982.

⚡ OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: Edusp, 1999. 201p.

⚡ PARSONS, T.; SHILS, E.A. **Hacia una teoría general de la acción.** Buenos Aires: Kapelusz, 1968. 555p.

PEREZ, L.H. **Caracterização de áreas agrícolas brasileiras segundo suas formas de produção.** 1975. 190p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Rurais). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz., Piracicaba,.

QUEIROS, M.I.P. Porque uma sociologia dos grupos rurais? In. QUEIROS, M.I.P. **Sociologia rural.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 7-32.

RAMOS, P.; REYDON, B.P. (Org.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil.** Campinas: Unicamp, 1995. 254p.

ROGERS, E.M.; SHOEMAKER, F.F. **Communication of innovations: a cross-cultural approach.** New York: Free, 1971. 476p.

SANTOS, A.C. **Estrutura organizacional no *agribusiness* cooperativo.** 2000. 199p. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, I.M. **Caracterização da cadeia agroindustrial da soja na região do alto Uruguai gaúcho e análise das interrelações dos seus agentes participantes.** 2000. 84p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M.J.; CORADINI, O.L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 118p.

SORJ, B.; WILKINSON, J. **Processos sociais e forma de produção na agricultura brasileira.** In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p.165-190.

TAYLOR, C. **Interpretation and the sciences of man.** In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W.M. In: **Interpretive social science: a reader.** Los Angeles: University of California, 1979. p.25-71.

VILAS BOAS, A.A. **Organização da produção agropecuária e integração ao setor urbano-industrial.** 1992. 126p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, Caxambu, 1996. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996. p.1-16.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2000. 428p.

ANEXOS

QUADRO 1A – Tecnologias agrônômicas empregadas por estabelecimentos, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995

Mesorregiões	Estabelecimentos com declaração de uso					Total de estabelecimentos
	Adbus e Corretivos	Controle de pragas e doenças	Conser-vação do solo	Irrigação	Energia elétrica	
Campos das Vertentes	12.889 (88,70%)	12.728 (87,60%)	3.646 (25,10%)	1.765 (12,10%)	9.116 (62,70%)	14.529 (100,00%)
Central Mineira	9.878 (77,60%)	12.124 (95,20%)	2.466 (19,40%)	968 (7,60%)	9.200 (72,20%)	12.735 (100,00%)
Jequitinhonha	8.704 (24,20%)	23.436 (65,20%)	2.016 (5,60%)	1.498 (4,20%)	7.692 (21,40%)	35.950 (100,00%)
Metropolitana de Belo Horizonte	26.462 (77,60%)	28.112 (82,50%)	5.180 (15,20%)	4.932 (14,50%)	23.914 (70,20%)	34.084 (100,00%)
Noroeste de Minas	10.201 (66,70%)	14.745 (96,40%)	2.894 (18,90%)	802 (5,20%)	7.038 (46,00%)	15.290 (100,00%)
Norte de Minas	14.583 (19,50%)	54.915 (73,30%)	2.604 (3,50%)	6.908 (9,20%)	22.249 (29,70%)	74.891 (100,00%)
Oeste de Minas	23.711 (82,10%)	26.720 (92,50%)	6.206 (21,50%)	1.929 (6,70%)	19.940 (69,00%)	28.885 (100,00%)
Sul/Sudoeste de Minas	79.018 (81,90%)	84.227 (87,30%)	28.711 (29,80%)	8.778 (9,10%)	60.771 (63,00%)	96.476 (100,00%)
Triângulo/alto Paranaíba	34.980 (70,60%)	48.242 (97,30%)	21.354 (43,00%)	3.884 (7,80%)	34.843 (70,20%)	49.592 (100,00%)
Vale do Mucuri	3.585 (25,40%)	10.198 (72,20%)	729 (5,20%)	457 (3,20%)	5.339 (37,80%)	14.116 (100,00%)
Vale do Rio Doce	23.475 (49,60%)	36.963 (78,10%)	6.984 (14,80%)	7.428 (15,70%)	26.314 (55,60%)	47.317 (100,00%)
Zona da Mata	59.403 (82,00%)	54.061 (74,70%)	22.710 (31,40%)	8.324 (11,50%)	43.852 (60,60%)	72.393 (100,00%)
TOTAL	306.889 (61,80%)	406.471 (81,90%)	105.500 (21,30%)	47.673 (9,60%)	270.268 (54,50%)	496.258 (100,00%)

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br, captado em 14/09/01

QUADRO 2A – Maquinaria e veículos existentes e área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995

Mesorregiões	Maquinaria e veículos existentes					Área total (ha)
	Tratores N.	Máquinas para plantio N.	Máquinas para colheita N.	Caminhões N.	Utilitários N.	
Campos das Vertentes	3.280	1.225	393	749	2.083	674.644
Central Mineira	3.377	1.621	766	609	2.552	2.371.549
Jequitinhonha	1.138	390	205	319	1.251	2.872.618
Metropolitana de BH	5.088	1.449	716	1.491	4.117	1.917.722
Noroeste de Minas	6.685	2.479	1.297	815	3.176	4.807.056
Norte de Minas	5.537	3.162	622	1.007	3.899	7.703.820
Oeste de Minas	5.490	2.578	845	1.053	4.349	1.711.902
Sul/Sudoeste de Minas	26.011	7.783	3.709	4.307	14.094	3.714.929
Triâng./alto Paranaíba	25.403	9.593	3.427	2.898	12.586	7.528.338
Vale do Mucuri	899	207	56	186	1.239	1.585.211
Vale do Rio Doce	2.700	1.035	348	1.058	3.652	3.277.202
Zona da Mata	4.059	1.015	827	1.999	7.106	2.646.670
Total	89.667	32.537	13.211	16.491	60.104	40.811.660

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br, captado em 14/09/01.

QUADRO 3A – Relação entre área total e maquinaria e veículos existentes, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995

Mesorregiões	Área por unidade de máquina e veículo					Área total (ha)
	(A) Tratores	(B) Máquinas para plantio (F/B)	(C) Máquinas para colheita (F/C)	(D) Caminhões (F/D)	(E) Utilitários (E/F)	
Campos das Vertentes	205,68	550,72	1.716,65	900,72	323,88	674.644
Central Mineira	702,26	1.463,01	2.455,01	3.894,16	929,29	2.371.549
Jequitinhonha	2.524,26	7.365,68	14.012,77	9.005,07	2.296,25	2.872.618
Metropolitana de BH	376,91	1.323,47	2.678,38	1.286,19	465,80	1.917.722
Noroeste de Minas	719,08	3.939,11	3.706,28	5.898,22	1.513,55	4.807.056
Norte de Minas	1.391,33	2.436,37	12.385,56	7.650,26	1.975,84	7.703.820
Oeste de Minas	311,82	664,04	2.025,91	1.625,73	393,63	1.711.902
Sul/Sudoeste de Minas	142,82	477,31	1.001,59	862,53	263,58	3.714.929
Triâng./alto Paranaíba	296,35	784,77	2.196,77	2.597,77	598,15	7.528.338
Vale do Mucuri	1.763,30	7.658,02	28.307,33	8.522,63	1.279,42	1.585.211
Vale do Rio Doce	1.213,77	3.166,37	9.417,24	3.097,54	897,37	3.277.202
Zona da Mata	652,04	2.607,55	3.200,32	1.323,99	372,45	2.646.670
Total	455,14	1.254,31	3.089,21	2.474,78	679,01	40.811.660

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br, captado em 14/09/01.

QUADRO 4A – Relação entre investimento e área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995

Mesorregiões	Investimento (mil R\$) (A)	Área total (ha) (B)	A/B
Campos das Vertentes	24.514	674.644	36,34
Central Mineira	50.935	2.371.549	21,48
Jequitinhonha	24.719	2.872.618	8,60
Metropolitana de Belo Horizonte	69.611	1.917.722	36,30
Noroeste de Minas	67.071	4.807.056	13,95
Norte de Minas	88.392	7.703.820	11,47
Oeste de Minas	71.496	1.711.902	41,76
Sul/Sudoeste de Minas	201.546	3.714.929	54,25
Triângulo/Alto Paranaíba	316.270	7.528.338	42,01
Vale do Mucuri	30.665	1.585.211	19,34
Vale do Rio Doce	76.179	3.277.202	23,24
Zona da Mata	101.404	2.646.670	38,31
TOTAL	1.122.802	40.811.660	27,51

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br, captado em 14/09/01.

QUADRO 5A – Relação entre valor da produção agropecuária e área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995

Mesorregiões	Valor da produção (mil R\$) (A)	Área total (ha) (B)	A/B
Campos das Vertentes	189.092	674.644	280,28
Central Mineira	280.399	2.371.549	118,23
Jequitinhonha	163.278	2.872.618	56,83
Metropolitana de Belo Horizonte	457.628	1.917.722	238,63
Noroeste de Minas	377.200	4.807.056	78,47
Norte de Minas	363.049	7.703.820	47,13
Oeste de Minas	426.581	1.711.902	249,18
Sul/Sudoeste de Minas	1.459.061	3.714.929	392,76
Triângulo/Alto Paranaíba	1.529.753	7.528.338	203,20
Vale do Mucuri	115.898	1.585.211	73,11
Vale do Rio Doce	389.425	3.277.202	118,83
Zona da Mata	657.722	2.646.670	248,51
TOTAL	6.409.086	40.811.660	157,04

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br, captado em 14/09/01.

QUADRO 6A – Estabelecimentos por grupo de área total, segundo mesorregiões de Minas Gerais, 1995

Mesorregiões	Estabelecimentos segundo grupos de área total em ha							Total
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração	
Campos das Vertentes	4.759 (32,70%)	8.088 (55,70%)	1.069 (7,40%)	535 (3,70%)	76 (0,50%)	2 (0,00%)	2 (0,00%)	14.531 (100,00%)
Central Mineira	1.668 (13,00%)	6.233 (48,80%)	2.063 (16,10%)	1.816 (14,20%)	841 (6,60%)	114 (0,90%)	45 (0,30%)	12.780 (100,00%)
Jequitinhonha	14.250 (39,60%)	16.393 (45,60%)	2.416 (6,70%)	1.885 (5,20%)	902 (2,50%)	104 (0,30%)	25 (0,10%)	35.975 (100,00%)
Metropolitana de Belo Horizonte	13.639 (40,00%)	16.166 (47,40%)	2.369 (6,90%)	1.432 (4,20%)	438 (1,30%)	40 (0,10%)	51 (0,10%)	34.135 (100,00%)
Noroeste de Minas	972 (6,30%)	7.034 (45,90%)	2.485 (16,20%)	2.651 (17,30%)	1.747 (11,40%)	401 (2,60%)	20 (0,10%)	15.310 (100,00%)
Norte de Minas	29.955 (40,00%)	34.593 (46,10%)	4.595 (6,10%)	3.405 (4,50%)	1.851 (2,50%)	492 (0,70%)	82 (0,10%)	74.973 (100,00%)
Oeste de Minas	7.718 (26,70%)	16.865 (58,30%)	2.636 (9,10%)	1.331 (4,60%)	320 (1,10%)	15 (0,00%)	43 (0,10%)	28.928 (100,00%)
Sul/Sudoeste de Minas	41.793 (43,30%)	46.340 (48,00%)	5.221 (5,40%)	2.586 (2,70%)	509 (0,50%)	27 (0,00%)	45 (0,00%)	96.521 (100,00%)
Triângulo/alto Paranaíba	6.448 (13,00%)	25.628 (51,60%)	7.919 (16,00%)	6.715 (13,50%)	2.647 (5,30%)	235 (0,50%)	47 (0,10%)	49.639 (100,00%)
Vale do Mucuri	3.622 (25,70%)	7.192 (50,90%)	1.423 (10,10%)	1.244 (8,80%)	575 (4,10%)	60 (0,40%)	1 (0,00%)	14.117 (100,00%)
Vale do Rio Doce	14.409 (30,40%)	25.570 (54,00%)	4.015 (8,50%)	2.483 (5,20%)	781 (1,60%)	59 (0,10%)	26 (0,00%)	47.343 (100,00%)
Zona da Mata	30.405 (42,00%)	36.184 (50,00%)	3.819 (5,30%)	1.672 (2,30%)	300 (0,40%)	13 (0,00%)	32 (0,00%)	72.425 (100,00%)
TOTAL	169.638 (34,10%)	246.286 (49,60%)	40.030 (8,10%)	27.755 (5,60%)	10.987 (2,20%)	1.562 (0,30%)	419 (0,10%)	496.677 (100,00%)

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br, captado em 14/09/01

QUADRO 7A – Efetivos de bovinos, suínos, aves em 31/07/1996 e produção leite de vaca e ovos no período de 01/08/1995 a 31/07/1996, segundo mesorregiões de Minas Gerais

Mesorregiões	Bovinos		Suínos		Aves		Leite de vaca		Ovos	
	Cabeças	%	Cabeças	%	Mil cabeças	%	Mil litros	%	Mil dúzias	%
Campos das Vertentes	438.626	2,20	61.589	2,30	2560	3,80	238.807	4,30	17.090	8,50
Central Mineira	1.152.738	5,70	75.367	2,90	1.572	2,30	420.052	7,60	4.544	2,50
Jequitinhonha	937.893	4,70	100.909	3,80	1.209	1,80	89.746	1,60	2.792	1,40
Metropolitana de Belo Horizonte	1.088.822	5,40	270.241	10,30	15.377	22,60	433.762	7,90	20.105	10,00
Noroeste de Minas	1.634.559	8,10	107.434	4,10	945	1,40	285.291	5,20	3.086	1,50
Norte de Minas	2.164.203	10,80	241.463	9,20	4.398	6,50	171.555	3,10	35.590	17,70
Oeste de Minas	1.201.254	6,00	142.488	5,40	7.869	11,60	464.998	8,40	27.788	13,80
Sul/Sudoeste de Minas	2.409.553	12,00	351.113	13,30	9.678	14,20	1.045.792	19,00	44.791	22,20
Triângulo/alto Paranaíba	4.949.977	24,70	392.225	14,90	12.212	18,00	1.266.883	23,00	30.344	15,10
Vale do Mucuri	901.033	4,50	47.688	1,80	584	0,60	143.023	2,60	1.113	0,50
Vale do Rio Doce	1.688.250	8,40	164.823	6,30	3.344	4,90	403.823	7,30	5.043	2,50
Zona da Mata	1.477.708	7,40	675.981	25,70	8.250	12,10	536.129	9,70	9.252	4,60
TOTAL	20.044.616	100,00	2.631.321	100,00	67.998	100,00	5.499.862	100,00	201.539	100,00

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996 – www.ibge.gov.br, captado em 14/09/01.